

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS – PARTICIPAÇÃO AMPLA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO GSA n.º 07/2022

PROCESSO <u>SAA</u> n.° <u>04512/2022</u>

OFERTA DE COMPRA N° 1302220000120220C00018

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 03/08/2022

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 15/08/2022 - às 09:00 horas

ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, por intermédio do Senhor RICARDO LORENZINI BASTOS, RG nº 32.692.083-3 e CPF n° 214.372.518-38, Chefe de Gabinete, usando a competência delegada pelos artigos 3° e 7°, inciso I, do Decreto Estadual n° 47.297, de 06 de novembro de 2002, torna público que se acha aberta, nesta unidade, situada a Praça Ramos de Azevedo, 254, Centro, São Paulo/SP, CEP 01037-912, licitação na modalidade PREGÃO, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP", com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada PREGÃO ELETRÔNICO, objetivando a PRESTAÇÃO CORPORATIVOS DE IMPRESSÃO DEPARTAMENTAL E DE GRANDE DE SERVIÇOS FORMATO, DIGITALIZAÇÃO E CÓPIA, SUPORTE TÉCNICO E TREINAMENTO DE PESSOAL, INCLUINDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, FORNECIMENTO DE PEÇAS E SUPRIMENTOS NECESSÁRIO, sob o regime de empreitada por preço unitário, que será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, pelo Decreto Estadual nº 49.722/2005 e pelo regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicandose, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

A opção da Administração por licitar de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002 e as normas mencionadas no parágrafo anterior observa o disposto no artigo 191 c/c o inciso II do artigo 193 da Lei Federal nº 14.133/2021.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

1. OBJETO

1.1. Descrição. A presente licitação tem por objeto <u>a prestação de serviços de corporativos</u> de impressão departamental e de grande formato, digitalização e cópia, suporte técnico e treinamento de pessoal, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e suprimentos necessários, (exceto papel), para atender as necessidades da contratante: fornecimento e instalação de impressoras e multifuncionais laser mono e policromáticas; fornecimento de insumos e consumíveis (exceto papel), de software de gerenciamento de todo o sistema de impressão, incluindo configuração, bilhetagem e contabilização das impressões laser com gerenciamento integrado e centralizado, conforme especificações constantes do Termo de Referência que integra este Edital como Anexo I.

2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. **Participantes.** Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estejam registrados no CAUFESP, que atuem em atividade



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

- 2.1.1. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.
- 2.1.2. O registro no CAUFESP é gratuito. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para a inscrição no Cadastro, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso estão disponíveis no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br.
- 2.2. **Vedações.** Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:
 - 2.2.1. Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, com base no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;
 - 2.2.2. Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;
 - 2.2.3. Que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a autoridade competente, o Pregoeiro, o subscritor do edital ou algum dos membros da respectiva equipe de apoio, nos termos do artigo 9° da Lei Federal n° 8.666/1993;
 - 2.2.4. Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 2.2.5. Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
 - 2.2.6. Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta,



SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal n° 12.529/2011;

- 2.2.7. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8°, inciso V, da Lei Federal n° 9.605/1998;
- 2.2.8. Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;
- 2.2.9. Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;
- 2.2.10. Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012;
- 2.2.11. Que estejam proibidas de participar da licitação ou de celebrar a contratação em decorrência do efeito de sanção registrada no Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP (artigo 22 da Lei Federal nº 12.846/2013), ou no Cadastro Estadual de Empresas Punidas CEEP (artigo 5º do Decreto Estadual nº 60.106/2014);
- 2.3. **Inexistência de fato impeditivo à participação.** A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado declare, ao acessar o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, mediante assinalação nos campos próprios, que inexiste qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, bem como que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos a Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.
- 2.4. **Uso do sistema BEC/SP.** A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do sítio eletrônico www.bec.sp.gov.br (opção "CAUFESP"), conforme Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006.

- 2.5. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.
- 2.6.O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- 2.7. **Direito de preferência.** Para o exercício do direito de preferência de que trata o item 5.6 e subdivisões, bem como para a fruição do benefício de habilitação previsto na alínea "f" e subdivisão do item 5.9, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP, sem prejuízo do disposto nos itens 4.1.4.3 e 4.1.4.4 deste Edital.
- 2.8. **Participação de cooperativas.** Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do artigo 1º do Decreto Estadual nº 55.938, de 21 de junho de 2010, com a redação dada pelo Decreto Estadual nº 57.159, de 21 de julho de 2011.
 - 2.8.1. Às cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, estendem-se as regras previstas para as microempresas e empresas de pequeno porte referentes ao direito de preferência de que trata o item 5.6 e subdivisões, bem como à fruição do benefício de habilitação previsto na alínea "f" e subdivisão do item 5.9.
 - 2.8.2. Para o exercício do direito de preferência e a fruição do benefício de habilitação indicados no item 2.8.1, a condição de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP, sem prejuízo do disposto no item 4.1.4.5 deste Edital.

3. PROPOSTAS

3.1. **Envio.** As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço www.bec.sp.gov.br na opção "PREGAO-ENTREGAR PROPOSTA", desde a divulgação da íntegra



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

do Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.

- 3.2. **Preços.** Os preços <u>unitários e total</u> para a prestação dos serviços serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, em algarismos, apurados nos termos do item 3.3, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados à prestação de serviços, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.
 - 3.2.1. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.
 - 3.2.2. O licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
 - 3.2.3. **Simples Nacional.** As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados pelo Pregoeiro.
 - 3.2.3.1. Caso venha a ser contratada, a microempresa ou empresa de pequeno porte na situação descrita no item 3.2.3 deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que celebrado o contrato, nos termos do artigo 30, *caput*, inciso II, e §1°, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

3.2.3.2. Se a contratada não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o item 3.2.3.1, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que a empresa seja excluída de ofício do Simples Nacional, nos termos do artigo 29, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

- 3.3. Data de referência. <u>Os valores a serem apresentados na proposta devem ser referentes ao</u> mês de apresentação da proposta, que será considerado como o mês de referência dos preços.
- 3.4. **Validade da proposta.** Na ausência de indicação expressa em sentido contrário no **Anexo II,** o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

4. HABILITAÇÃO

4.1. O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

4.1.1. Habilitação jurídica

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Em se tratando de sociedade cooperativa: ato constitutivo e estatuto atualizado e registrado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764/1971;

4.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo à sede ou domicilio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF FGTS);
- d) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);
- e) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Certidão emitida pela Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;
- g) Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ISSQN;

4.1.3. Qualificação econômico-financeira

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;
- a.1) Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea "a" deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente;
- a.2) Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;



SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

4.1.4. Declarações e outras comprovações

- 4.1.4.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.1**, atestando que:
 - a) se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Previdência no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº 42.911/1998;
 - b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.2 deste Edital;
 - c) cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
 - d) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5°-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5°-D, ambos da Lei Federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei Federal nº 13.467/2017.
- 4.1.4.2. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.2**, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014.
- 4.1.4.3. Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.3**, declarando seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.
- 4.1.4.4. **Comprovação da condição de ME/EPP.** Sem prejuízo da declaração exigida no item 4.1.4.3 e admitida a indicação, pelo licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte será comprovada da seguinte forma:
 - 4.1.4.4.1. Se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial competente;



SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

- 4.1.4.4.2. Se sociedade simples, pela apresentação da "Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte", expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- 4.1.4.5. Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007:
 - 4.1.4.5.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.4**, declarando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que aufere Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
 - 4.1.4.5.2. Sem prejuízo da declaração exigida no item 4.1.4.5.1 e admitida a indicação, pelo licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 será comprovada pela Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente que comprove Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- 4.1.4.6. Declaração formal do licitante quanto à disponibilidade dos equipamentos destinados à prestação dos serviços, objeto da presente licitação, sob as penalidades cabíveis. Nela deve constar a discriminação dos equipamentos, incluindo, no mínimo, o nome e o modelo do equipamento.
- 4.1.4.7. Declaração de disponibilidade permanente de pessoal, de capacidade e de oficina adequadamente aparelhada, para atendimento dos serviços de manutenção e assistência técnica dos equipamentos.

4.1.5. Qualificação técnica

4.1.5.1. A proponente deverá apresentar atestado(s) de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza, de complexidade tecnológica e operacional igual ou superior, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

de serviços realizados, com indicações das quantidades, prazo contratual, datas de início e término, e local da prestação dos serviços;

4.1.5.1.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente e a identificação do signatário. Caso não conste do(s) atestado(s) telefone para contato, a proponente deverá apresentar também documento que informe telefone ou qualquer outro meio de contato com o emitente do(s) atestado(s).

4.2. Disposições gerais sobre os documentos de habilitação

- 4.2.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas nos 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- 4.2.2. O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor das declarações solicitadas no item 4.1.4 deste Edital e das comprovações de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica (caso exigidas nos itens 4.1.3 e 4.1.5), aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes.
- 4.2.3. Se o licitante for a matriz, os documentos exigidos no item 4.1.2 deverão estar em nome da matriz, e, se for filial, os documentos exigidos no item 4.1.2 deverão estar em nome da filial que, na condição de licitante, executará o objeto do contrato, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 4.2.4. O licitante que se considerar isento ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5. SESSÃO PÚBLICA E JULGAMENTO

5.1. **Abertura das propostas.** No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

- 5.2. Análise. A análise das propostas pelo Pregoeiro se limitará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e à legislação vigente.
 - 5.2.1. Serão desclassificadas as propostas:
 - a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
 - b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes:
 - c) apresentadas por licitante impedida de participar, nos termos do item 2.2 deste Edital;
 - d) que apresentem preços unitários ou total simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos ou salários de mercado;
 - e) formuladas por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do certame licitatório.
 - 5.2.2. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro, observado o disposto no artigo 43, § 3°, da Lei Federal nº 8.666/1993.
 - 5.2.3. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
 - 5.2.4. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.
- 5.3. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.
- 5.4. **Lances.** Será iniciada a etapa de lances com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.
 - 5.4.1. Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio do sistema eletrônico em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada em ambos os casos a redução mínima fixada no item 5.4.2, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor.



SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

5.4.2. O valor de redução mínima entre os lances será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e incidirá sobre o valor total.

- 5.4.3. A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.
 - 5.4.3.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 03 (três) minutos do período de que trata o item 5.4.3 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.
 - 5.4.3.2. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no item 5.4.3.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema do último lance que ensejar prorrogação.
- 5.4.4. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:
 - 5.4.4.1. dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;
 - 5.4.4.2. do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.
- 5.4.5. A etapa de lances será considerada encerrada findos os períodos de duração indicados no item 5.4.3.
- 5.5. **Classificação.** Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante.
- 5.6. **Empate ficto.** Com base na classificação a que alude o item 5.5, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:
 - 5.6.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo Pregoeiro para que apresente preço inferior ao da melhor classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

preclusão do direito de preferência. Caso haja propostas empatadas, a convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio.

- 5.6.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no item 5.6.1.
- 5.6.3. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o item 5.5, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.
- 5.6.4. Sempre que, em momento subsequente, a proposta melhor classificada não for aceita, ou for desclassificada ou inabilitada, e antes de o Pregoeiro passar à proposta subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência de empate ficto, nos termos dos itens 5.6 e 5.6.1 a 5.6.3 do Edital, se for o caso.
- 5.7. **Negociação.** O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.
- 5.8. **Aceitabilidade.** Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
 - 5.8.1. A aceitabilidade dos preços será aferida com base nos valores de referenciais constantes do volume do CADTERC correspondente ao objeto licitado e vigente no mês de referência dos preços.
 - 5.8.2. Não serão aceitas as propostas que tenham sido apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional e que, não obstante, tenham considerado os benefícios desse regime tributário diferenciado.
 - 5.8.3. Na mesma sessão pública, o Pregoeiro solicitará da licitante detentora da melhor oferta o envio, no campo próprio do sistema, da planilha de proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo do **Anexo II** deste Edital, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação a partir do valor total final obtido no certame.



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

- 5.8.3.1. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes a composição de preços unitários de serviços e/ou de materiais/equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários.
- 5.8.3.2. A critério do Pregoeiro, a sessão pública poderá ser suspensa por até 02 (dois) dias úteis para a apresentação da planilha de proposta em conformidade com o modelo do **Anexo II**.
- 5.8.3.3. Se a licitante detentora da melhor oferta deixar de cumprir a obrigação estabelecida no item 5.8.3, sua proposta não será aceita pelo Pregoeiro.
- 5.9. **Exame das condições de habilitação.** Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:
 - a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no item 4 deste Edital;
 - b) Caso os dados e informações constantes no CAUFESP não atendam aos requisitos estabelecidos no item 4 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações. Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;
 - c) A licitante poderá suprir eventuais omissões ou sanear falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos neste Edital mediante a apresentação de documentos, preferencialmente no campo próprio do Sistema BEC/SP ou por correio eletrônico a ser fornecido pelo Pregoeiro no chat do sistema, desde que os envie no curso da própria sessão pública e antes de ser proferida a decisão sobre a habilitação.
 - d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea "b", ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea "c", ambas deste subitem 5.9, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas "b" e "c", a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;

- e) Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas dos documentos enviados na forma constante da alínea "c" deverão ser apresentados no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, em até 02 (dois) dias após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e aplicação das penalidades cabíveis;
 - e.1) Os documentos poderão ser apresentados mediante publicação em órgão da imprensa oficial, ou por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração; ou
 - e.2) Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- f) A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas ou empresas de pequeno porte será exigida apenas para efeito de celebração do contrato. Não obstante, a apresentação de todas as certidões e documentos exigidos para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será obrigatória na fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição ou impedimento.
 - f.1) A prerrogativa tratada na alínea "f" abrange apenas a regularidade fiscal e trabalhista do licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, não abrangendo os demais requisitos de habilitação exigidos neste Edital, os quais deverão ser comprovados durante o certame licitatório e na forma prescrita neste item 5.9.
- g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

- h) Havendo necessidade de maior prazo para analisar os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat eletrônico a nova data e horário para sua continuidade.
- i) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. O Pregoeiro deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.
- 5.10. A licitante habilitada nas condições da alínea "f" do item 5.9 deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- 5.11. Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea "f", do item 5.9, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no item 5.10 para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista.
- 5.12. Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que trata o item 5.10, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação.
- 5.13. **Exame da oferta subsequente.** Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que tratam os itens 5.5 e 5.6, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

6. RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 6.1. **Recursos.** Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro informará às licitantes por meio de mensagem lançada no sistema que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando exclusivamente o campo próprio disponibilizado no sistema.
- 6.2. Havendo interposição de recurso o Pregoeiro informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões recursais no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de preclusão. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s) no prazo comum de 03 (três) dias úteis contados a partir do término do prazo para apresentação, pelo(s) recorrente(s), dos memoriais recursais, sendo-lhes assegurada vista aos autos do processo no endereço indicado pela Unidade Compradora.
- 6.3. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico no sítio www.bec.sp.gov.br, opção "RECURSO". A apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo dentro dos prazos estabelecidos no item 6.2.
- 6.4. A falta de interposição do recurso na forma prevista no item 6.1 importará na decadência do direito de recorrer, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto do certame ao vencedor na própria sessão pública e, em seguida, propor à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.
- 6.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 6.6. **Homologação.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.
- 6.7. Adjudicação. A adjudicação será feita considerando a totalidade do objeto.



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

7. DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

- 7.1. **Desconexão.** À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.
- 7.2. **Efeitos.** A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:
 - a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;
 - b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.
- 7.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

8. LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. **Remissão ao Termo de Referência.** O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, que constitui **Anexo** I deste Edital, correndo por conta da contratada as despesas necessárias à sua execução, em especial as relativas a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

9. MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

9.1. Remissão ao contrato. Os serviços executados serão objeto de medição mensal, que será realizada de acordo com as condições estabelecidas no termo de contrato, cuja minuta constitui o Anexo V deste Edital.



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

10. PAGAMENTOS E REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. **Remissão ao contrato.** Os pagamentos e o reajuste de preços serão efetuados em conformidade com o termo de contrato, cuja minuta constitui o **Anexo V** deste Edital.

11.CONTRATAÇÃO

- 11.1. **Celebração do contrato.** A contratação decorrente deste certame licitatório será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como **Anexo V**.
 - 11.1.1. Se, por ocasião da celebração do contrato, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, a Unidade Compradora verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando ao expediente os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
 - 11.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no item 11.1.1 por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
 - 11.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8°, §§ 1° e 2°. da Lei Estadual nº 12.799/2008.
 - 11.1.4. Com a finalidade de verificar o eventual descumprimento pelo licitante das condições de participação previstas no item 2.2 deste Edital serão consultados, previamente à celebração da contratação, os seguintes cadastros:



SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

- 11.1.4.1. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas e-Sanções (http://www.esancoes.sp.gov.br);
- 11.1.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS (http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);
- 11.1.4.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal n° 8.429/1992);
- 11.1.4.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP (http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep);
- 11.1.4.5. Cadastro Estadual de Empresas Punidas CEEP (http://www.corregedoria.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx);
- 11.1.4.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://www.tce.sp.gov.br/apenados).
- 11.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração do contrato:
 - 11.1.5.1. A apresentação do(s) documento(s) que a adjudicatária, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir antes da celebração do contrato por meio de declaração específica, caso exigida no item 4.1.4.6 deste Edital;
 - 11.1.5.2. A indicação de gestor encarregado de representar a adjudicatária com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa.
- 11.2. A adjudicatária será convocada pela Unidade Compradora para assinatura do termo de contrato no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data da convocação. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

- 11.3. **Celebração frustrada.** As demais licitantes classificadas serão convocadas para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração do contrato, quando a adjudicatária:
 - 11.3.1. Deixar de comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, nos moldes do item 5.10, ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto na alínea

"e" do item 5.9;

- 11.3.2. For convocada dentro do prazo de validade de sua proposta e não apresentar a situação regular de que tratam os itens 11.1.1 a 11.1.5 deste Edital.
- 11.3.3. Recusar-se a assinar o contrato ou não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos;
- 11.3.4. For proibida de participar desta licitação, nos termos do item 2.2 deste Edital; 11.4 A nova sessão de que trata o item 11.3 será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis contados da publicação do aviso no Diário Oficial do Estado de São Paulo.
 - 11.4.1. O aviso será também divulgado nos endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br e www.imesp.com.br, opção "NEGÓCIOS PÚBLICOS".
 - 11.4.2. Na nova sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos itens 5.7 a 5.10 e 6.1 a 6.7 deste Edital.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. **Impedimento de licitar e contratar.** Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.
- 12.2. **Multas e registro.** A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no **Anexo IV** deste Edital, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis.



SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

- 12.3. **Autonomia.** As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 12.4. **Descontos.** O contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente lhe forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas neste Edital, seus anexos ou no termo de contrato.
- 12.5. **Conformidade com o marco legal anticorrupção.** A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

13. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. Garantia. Após a adjudicação do objeto do certame e até a data da contratação, a licitante vencedora deverá prestar garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
 - 13.1.1. A não prestação da garantia de execução equivale à recusa injustificada para a assinatura do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando a licitante vencedora às sanções previstas neste Edital e demais normas pertinentes.
- 13.2. Modalidades. A licitante vencedora poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
 - 13.2.1. Dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor da Unidade Compradora no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.
 - 13.2.2. Títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil



SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

- <u>e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério</u> <u>competente.</u>
- 13.2.3. Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 13.2.4. Seguro-garantia. A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 13.3 do Edital. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, a licitante vencedora poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados no item 13.3 do Edital.
- 13.3. Cobertura. A garantia de execução assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
 - 13.3.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;
 - 13.3.2. prejuízos diretos causados à Unidade Compradora decorrentes de culpa ou dolo da contratada durante a execução do objeto do contrato;
 - 13.3.3. multas, moratórias e compensatórias, aplicadas pela Unidade Compradora à contratada; e
 - 13.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias relacionadas ao contrato não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 13.4. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:
 - 13.4.1. Caso fortuito ou força maior;
 - 13.4.2. Descumprimento das obrigações pela contratada decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente à Unidade Compradora;
 - 13.4.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

- 13.5. Validade da garantia. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período mínimo de três meses após o término da vigência contratual. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que o sinistro seja comunicado pela Unidade Compradora após expirada a vigência do contrato ou a validade da garantia;
- 13.6. Readequação. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação dos prazos de execução, a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, a contratada deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (dias) dias úteis, contados da data em que for notificada pela Unidade Compradora para fazê-lo.
- 13.7. Extinção. Decorrido o prazo de validade da garantia, e desde que constatado o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, esta será considerada extinta com a devolução da apólice, da carta-fiança ou com a autorização concedida pela Unidade Compradora para que a contratada realize o levantamento do depósito em dinheiro.

14. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 14.1. **Forma.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema, encontrado na opção "EDITAL". As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 14.2. **Decisão.** As impugnações serão decididas pelo subscritor do Edital e os pedidos de esclarecimentos respondidos pelo Pregoeiro até o dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública.
 - 14.2.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.
 - 14.2.2. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão entranhados aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

14.3. **Aceitação tácita.** A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência e na minuta de termo de contrato.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. **Interpretação.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.2. **Omissões.** Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pelo órgão responsável pela Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo BEC/SP.
- 15.3. **Atas.** Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 14, inciso IX, do Regulamento anexo à Resolução CC-27/2006, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.
- 15.4. **Sigilo dos licitantes.** O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:
 - 15.4.1. Para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;
 - 15.4.2. Para os demais participantes, até a etapa de habilitação;
- 15.5. Será excluído do certame o licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para a Unidade Compradora, para o Pregoeiro ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.
- 15.6. A exclusão de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação do licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pelo pregoeiro na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço".
- 15.7. **Saneamento de erros e falhas.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

15.7.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

15.7.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.8. **Publicidade.** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.imesp.com.br, opção "NEGÓCIOS PÚBLICOS" e www.bec.sp.gov.br, opção "PREGÃO ELETRÔNICO".

15.9. **Prazos.** Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.

15.10. **Foro.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

15.11. **Anexos.** Integram o presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de planilha de proposta;

Anexo III - Modelos de Declarações;

Anexo IV - Resolução SAA-22, de 01/08/96;

Anexo V – Minuta de Termo de Contrato;

Anexo VI - Avaliação da qualidade dos Serviços;

Anexo VII – Anexos do Tribunal de Contas

LC-1 Termo de Ciência e Notificação;

LC-2 Declaração de Documentos à Disposição do TCE-SP,

PC-02 - Cadastro Do Responsável

São Paulo, 01 de agosto de 2022.

AUDRI BEATRIZ DA SILVA NASCIMENTO

Subscritora do Edital



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços corporativos de impressão departamental e de grande formato, digitalização e cópia, suporte técnico e treinamento de pessoal, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e suprimentos necessários, (EXCETO PAPEL), para atender as necessidades da contratante:

A contratação deverá atender a todos os Departamentos da SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, conforme detalhamento abaixo:

- i. Fornecimento e instalação de impressoras e multifuncionais laser mono e policromáticas;
- ii. Fornecimento de insumos e consumíveis (exceto papel), de software de gerenciamento de todo o sistema de impressão, incluindo configuração, bilhetagem e contabilização das impressões laser com gerenciamento integrado e centralizado;

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO DE TI

Requisitos de negócio: o serviço de impressão deverá atender aos seguintes requisitos:

 i. Permitir a impressão de documentos a partir de todos os serviços de TI no âmbito da SAA;



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

- ii. Garantir a segurança da documentação impressa nos equipamentos laser nas unidades de impressão mediante a imposição de senha do tipo PIN;
- iii. Cada unidade de impressão laser deve permitir uma grande quantidade de usuários com o objetivo de reduzir a quantidade de equipamentos instalados por localidade;
- iv. Permitir a definição de perfis de utilização para que seja possível aplicar restrições quanto acesso a equipamentos ou recursos de impressão laser

(monocromático ou policromático);

v. Permitir a geração de relatórios gerenciais.

3. **JUSTIFICATIVAS:**

O projeto de contratação de serviço de impressão departamental visa prover a Contratante de um modelo eficiente e eficaz, capaz de atender a todas as demandas de impressão, cópia, digitalização de documentos e armazenamento do documento digitalizado em pastas na rede, através da instalação de equipamentos e do fornecimento de suprimentos, atendendo de forma continuada e controlada, evitando desperdícios e descontinuidade causada pela falta de insumos e de manutenção dos equipamentos.

A opção pela contratação dessa modalidade de serviço deu-se pelos seguintes benefícios:

- i. Obtenção de melhor qualidade de impressão com a utilização de suprimentos originais do fabricante das impressoras e multifuncionais e equipamentos novos e padronizados;
- ii. Melhor distribuição das estações de impressão;



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

- iii. Redução no tempo do atendimento das solicitações de serviços, reparos e ou manutenção dos equipamentos, com melhoria dos índices de disponibilidade dos equipamentos;
- iv. Eliminação de investimentos iniciais com a aquisição de equipamentos;
- v. Redução de custos com os insumos/consumíveis, visto que estes são fornecidos com menores preços, em decorrência da economia de escala gerada pelas compras efetuadas em grandes quantidades realizadas pelo prestador do serviço;
- vi. Extinção da contratação de manutenção e assistência técnica de equipamentos, que passam a ser de responsabilidade do prestador do serviço;
- vii. Redução das interrupções do serviço de impressão, através da implantação e aplicação de níveis de serviço (SLA) aqui definidos;
- viii. Aplicação do conceito de centro de custos, na contabilização das impressões realizadas por departamento, por estação de impressão, ou similar, viabilizando rateio, controle e racionalização de custos.
- ix. Eliminação da gerência de estoque, das compras e do acondicionamento de insumos/consumíveis;
- x. Eliminação de todo o trabalho operacional necessário nos tramites administrativos e legais decorrentes dos processos de licitação para aquisição de insumos/consumíveis.
- xi. Digitalização e armazenamento de documentos, proporcionando a redução de impressões com documentos que possam ser armazenados em meio eletrônico.
- xii. Segurança e auditoria de todos os documentos digitalizados e



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

impressos, evitando que informações confidenciais sejam expostas.

4. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**:

a. A solução a ser fornecida deverá atender aos requisitos elencados a seguir:

- i. Fornecimento de equipamentos de última geração, novos e sem uso, devidamente instalados, sendo que as impressoras lasers e as multifuncionais, que necessitarem de módulos opcionais estes devem ser do mesmo fabricante do equipamento, visando à padronização do hardware tornando uniformes os procedimentos de customização de formulários; ii. Fornecimento dos suprimentos: toner e kits de manutenção novos e originais do fabricante das impressoras e multifuncionais ofertados. Quando os suprimentos não forem originais do fabricante dos equipamentos ofertados, os mesmos devem ser homologados pelo fabricante dos equipamentos multifuncionais e impressoras.
 - iii. Fornecimento de suporte técnico quando necessário;
 - iv. Fornecimento de assistência técnica on-site;
- v. Fornecimento de software de bilhetagem do ambiente,

contabilização das impressões de cada equipamento;

vi. Fornecimento de Sistema informatizado de Registro de chamado via web, com acompanhamento dos chamados técnicos para gestão e monitoramento das ocorrências para a contratante; vii. Treinamento para principais usuários da Contratante, no software instalado. Esses funcionários serão responsáveis pelo monitoramento, gestão e aprovação dos relatórios a serem gerados pela respectiva ferramenta;



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

viii. Gestão de Suporte, com o suporte aos equipamentos e aos usuários, realização de atendimento gerado por chamados do órgão contratante, troca de equipamentos defeituosos;

- ix. Os equipamentos deverão ser disponibilizados em cada unidade e local definido pela contratante;
- x. A licitante deverá apresentar prospectos das unidades de reprografia oferecidas para os serviços, em idioma português ou com a devida tradução;
- xi. Tendo em vista a proteção à saúde do usuário, bem como a necessária confiabilidade dos equipamentos, os modelos propostos devem atender às normas internacionais da segurança à saúde.
- xii. As despesas decorrentes de transporte dos equipamentos para manutenção, dentro do período de vigência contratual, serão de responsabilidade da contratada; *xiii*. Todos os equipamentos deverão suportar a impressão

com o uso de papel reciclado.

- xiv. Todas as impressoras e multifuncionais, para efeito de auditoria, deverão possuir recurso de contabilização de volumes impressos pelo próprio hardware, independentemente do software de gestão, para confirmação dos quantitativos informados nos relatórios.
- xv. Caso sejam necessários transformadores de tensão, para garantia do correto funcionamento dos equipamentos, os mesmos deverão ser fornecidos pela contratada, em potência compatível com os equipamentos ofertados; xvi. A execução do



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

contrato se dará por demanda através de Ordem de Serviço Específica da contratante.

5. ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

a. Multifuncional Laser Monocromática A4 – 40 ppm (tipo 1)

- i. Velocidade de impressão: 40 páginas por minuto em A4 ou carta;
- ii. Alimentação de Papel:
 - 1. Gaveta: Com capacidade para 500 folhas;
 - 2. Bandeja Multifunção: Com capacidade para 100 folhas;
 - 3. Formatos de Papel: A4, A5, carta.
- iii. Impressão Frente e Verso: Automático sem intervenção do usuário;
- iii. Sistema de Impressão: A Laser, LED;
- iv. Memória: Mínimo de 1,5GB;
- v. Processador: mínimo 1,2Ghz
- vi. Disco rígido: Mínimo 160GB
- vii. Resolução de impressão: 1200x1200 dpi;
- viii. Conectividade: USB 2.0, ETHERNET 10/100/1000;
- ix. Função Fax:
- 1. Velocidade: 33.6kbps;
- xi. Função Digitalização:
 - 1. Tipo: Mesa de Digitalização e Alimentador Automático de Originais;
 - 2. Digitalização: Monocromática e Colorida;
 - 3. Alimentador Automático de Originais: Frente e verso em única passagem sem intervenção do usuário;
- xii. Tipo de arquivo a ser digitalizado:
 - 1. Tiff, JPG, PDF e, PDF pesquisável (OCR) processado diretamente no multifuncional:



SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

- 2. Solução no Processo de Digitalização que Corrige o Alinhamento da Imagem de Forma Automática sem intervenção do Usuário;
- 3. Recurso de Orientação Automática no Processo de Digitalização, independentemente da posição dos originais inseridos no alimentador "ADF";
- 4. Função de Recorte "Crop" para ajuste de imagem com remoção de bordas;
- 5. Recurso nativo ou via software que permita digitalizar direto Sharepoint.

xiii. Visor:

- 1. Idioma: Em Português;
- 2. Painel: Touch screen de no mínimo 7"

xii.Impressão confidencial: Através de usuário e senha ou PIN. Leitor USB RFID ou em conjunto com adaptador Ethernet (rede) para liberação de impressões via cartão de aproximação dos usuários.

b. Multifuncional Laser Policromática A4 – 40 ppm (tipo 2)

- i. Velocidade de Impressão: 40 ppm em A4 ou Carta, mono e cor;
- ii. Alimentação de Papel:
- 1. Gaveta: Com capacidade para 250 folhas;
- 2. Bandeja Multifunção: Com capacidade para 50 folhas;
- 3. Formatos de Papel: A4, Ofício e Carta.
 - iii. Impressão frente e verso: Automático;
 - iv. Tecnologia de impressão: Laser ou LED;
 - v. Memória: 1GB;
 - vi. Processador: Mínimo 1GHz;
 - vii. Resolução de Impressão: 1200 x 1200 dpi;



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

viii. Conectividade: USB 2.0 e ETHERNET 10/100/1000;

ix. Impressão confidencial: Através de senha ou PIN;

x. Função Fax:

1. Velocidade: 33.6Kbps;

xi. Função digitalização;

xii. Tipo: Mesa de Digitalização e Alimentador Automático de Originais;

xiii. Digitalização: Monocromática e Colorida;

xiv. Alimentador Automático de Originais: Frente e verso em

única passagem sem intervenção do usuário;

xv. Tipo de arquivo a ser digitalizado: Tiff, JPG, PDF e, PDF pesquisável (OCR) processado diretamente no multifuncional.

1. Solução no Processo de Digitalização que Corrige o Alinhamento da Imagem de Forma Automática sem intervenção

do Usuário;

- 2. Recurso de Orientação Automática no Processo de Digitalização, independentemente da posição dos originais inseridos no alimentador "ADF";
- 3. Função de Recorte "Crop" para ajuste de imagem com remoção de bordas;
- 4. Recurso nativo ou via software que permita digitalizar direto Sharepoint.

xvi. Impressão confidencial: Através de usuário e senha ou PIN. Leitor USB RFID ou em conjunto com adaptador Ethernet (rede) para liberação de impressões via cartão de aproximação dos usuários.

c. Multifuncional Laser Policromática A3 – 30 ppm (tipo 3)

- i. Velocidade de impressão: 30 páginas por minuto em A4 ou Carta;
- ii. Alimentação de Papel:
 - 1. Gaveta: Com capacidade para 1000 folhas;



SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

- 2. Bandeja Multifunção: Com capacidade para 100 folhas;
- 3. Formatos de Papel: A3, A4, e Carta.

iii. Impressão Frente e Verso: Automático sem intervenção do usuário;

iv. Sistema de Impressão: A Laser, LED;

v. Memória: Mínimo de 6 GB;

vi. Processador: Mínimo 1,2Ghz

vii.Disco rígido: Mínimo 160GB;

viii.Resolução de impressão: 1200x1200 dpi; ix. Conectividade: USB 2.0, ETHERNET

10/100/1000;

x. Função Fax:

1. Velocidade: 33.6kbps;

xi. Função Digitalização:

- 1. Tipo: Mesa de Digitalização e Alimentador Automático de Originais;
- 2. Digitalização: Monocromática e Colorida;
- 3. Área digitalização-vidro de exposição: até A3;
- 4. Alimentador Automático de Originais: Frente e verso em única passagem sem intervenção do usuário;
- 5. Tipo de arquivo a ser digitalizado: Tiff, JPG, PDF e PDF pesquisável processado diretamente através do multifuncional;
- 6. Solução no Processo de Digitalização que Corrige o Alinhamento da Imagem de Forma Automática sem intervenção do Usuário;
- 7. Recurso de Orientação Automática no Processo de Digitalização, independentemente da posição dos originais inseridos no alimentador "ADF";
- 8. Função de Recorte "Crop" para ajuste de imagem com remoção de bordas;
- Recurso nativo ou via software que permita digitalizar direto Sharepoint.



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

xiii.Impressão confidencial: Através de usuário e senha ou PIN xiv.Especs do leitor (tipo 7)

xv.Leitor USB RFID ou em conjunto com adaptador Ethernet (rede) para liberação de impressões via cartão de aproximação dos usuários;

xvi.Suporte as frequências de 125kHz, 134.2kHz (LF) /

13.56MHz (HF);

xvi. Distância de leitura: Até 100mm / 4pol xvii. Certificações: CE, R&TTE, RoHS-II compliant, FCC, ANATEL.

d. Impressora Portátil Móvel (tipo 4)

- i. Velocidade de impressão: 18 páginas por minuto em A4 na bateria:
 - ii. Sistema de Impressão: jato de tinta;
 - iii. Alimentação de Papel:
 - 1. Entrada: Com capacidade para 50 folhas;
 - 2. Formatos de Papel: A4, e Carta
 - iv. Memória: Mínimo de 120Mb;
 - v. Conectividade: USB 2.0, Wi-Fi;
 - vi. Peso: 2,5 kg com bateria
 - vii. Dimensões: 380 x 190 x 75 mm
 - viii. Equipamento deve funcionar na tomada ou fora dela para uso em campo.
 - ix. Cobrança fixa/ variável não incluída no CADTERC: Custo fixo por mês sem necessidade de informação de páginas impressas (suprimentos inclusos).



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

e. Equipamento para impressão colorida em grandes formatos "plotter" (Tipo 5)

- i. Impressora de grande formato monocromática e colorida de 914mm (A0);
- ii. Tecnologia de impressão colorida inkjet com pelo menos quatro cartuchos distintos, um preto, um ciano, um magenta e um amarelo;
- iii. Resolução de impressão de no mínimo 1200x1200 dpi para impressões monocromáticas ou coloridas em papel glossy;
 - iv. Alimentação de mídia mínima de rolo com largura de 279 mm a 914 mm e de folhas com largura de 210 a 431 mm;
 - v. Memória básica de no mínimo 256 MB;
 - vi. Formatos de digitalização: TIFF, JPEG, PDF;
 - vii. Conexão ethernet 10 base t / 100 base tx;
- viii. Alimentação manual para folhas soltas e em rolo com corte automático após impressão;
 - ix. Linguagens utilizáveis para impressão: hp-gl/2, hp rtl, cals q4, tiff e jpeg;
 - x. 2.3.12. Suporte para os sistemas operacionais: Windows 7 e Windows 10.

f. Características e Capacidades mínimas

Requisitos comuns a todos as impressoras e multifuncionais laser:

Equipamento novo, em linha de produção, primeira locação, comprovada através de nota fiscal do fabricante, com garantia, inclusive ao toner/suprimentos e peças.

A licitante deverá apresentar comprovação do programa de destinação ambientalmente correta a ser dada a todos os recipientes e resíduos dos suprimentos, em conformidade com a legislação Lei nº 12.305/2010 e os preceitos de preservação ambiental. Esta comprovação poderá ser expedida



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

pelo fabricante dos equipamentos e/ou licitante vencedor, e deverá ser entregue junto à proposta:

- i. Software de instalação e drivers de impressão;
- ii. Utilização de carga remota via Rede;
- iii. Configuração dos Equipamentos via Rede ou Web;
- iv. Todos os equipamentos devem ser Compatíveis com Linux,

Windows 2003, Windows 2008, XP, UNIX, Windows Vista,

Windows 7, Windows 10 e IOS;

- v. Possuir tensão de 110 ou 220V, havendo necessidade, a licitante deverá fornecer os equipamentos com transformador de tensão.
- g. Sistema de Gerenciamento, bilhetagem, armazenamento, segurança e auditoria

O sistema de gerenciamento remoto dos equipamentos deverá ser capaz de realizar as seguintes funções:

Possuir uma interface de administração WEB;

Permitir a geração de relatórios contendo informações sobre os usuários com no mínimo a identificação do usuário, nome do documento, horário de impressão, impressora, número de páginas, indicação de impressão simples ou duplex.

- h. Os relatórios deverão ser impressos e exportados em formatos de saída em planilha eletrônica (formatos: .csv, .xls ou .pdf).
- i. O servidor deverá ainda conter sistema de gestão de suporte,
 com registro e acompanhamento dos chamados realizados.
- j. Contabilizar páginas impressas e copiadas separando as policromáticas das monocromáticas;
- k. Todas as impressoras multifuncionais, para efeito de auditoria, deverão possuir recurso de contabilização de volumes impressos



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

pelo próprio hardware, independentemente do software de gestão, para confirmação dos quantitativos informados nos relatórios;

 O sistema deve permitir a geração de relatórios diários, semanal, mensal e anual;

6. INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO

- a. A instalação e a configuração do hardware e do software serão de inteira responsabilidade da Contratada, devendo, para tanto, providenciar a adequação do ambiente para este fim, sendo que a SAA alocará um técnico para orientar o processo de instalação;
- **b.** A licitante deverá apresentar a documentação das unidades de reprografia oferecidas para os serviços, em idioma português ou com a devida tradução;
- c. Os locais de instalação das unidades de impressão serão aqueles indicados no subitem 1 do anexo 1 e 2;
- d. A instalação será considerada concluída após ateste do gestor do contrato, treinamento realizado no local de instalação do equipamento e cadastramento do equipamento no sistema de gerenciamento.
- **e.** Deverão estar configurados para liberação de impressão para as soluções abaixo:
 - i. Liberação via Cartão de aproximação (RFID);
 - ii. Deverá prover liberdade ao usuário, que poderá retirar suas impressões em qualquer equipamento, desde que estejam na mesma rede. (Impressão "siga-me" follow you print); iii. O sistema deverá ter capacidade de criação de apenas uma fila de



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

impressão P&B e outra COR, de modo que o usuário retire sua impressão em qualquer multifuncional;

iv.Os trabalhos enviados ao servidor deverão permanecer disponíveis para impressão ou cancelamento por um período mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, ou seja, o usuário poderá a qualquer momento dentro deste período retirar ou cancelar suas impressões. Após esse período os trabalhos deverão ser automaticamente excluídos da fila de impressão.

7. GESTÃO DO SERVIÇO

- a. A PROPONENTE será responsável em manter os equipamentos sempre providos de consumíveis, peças e acessórios em condições de funcionamento pleno e de qualidade, de forma a atender às demandas estimadas de cada localidade.
- b. A PROPONENTE é responsável por manter estoque de todos os suprimentos e consumíveis no local onde os equipamentos estiverem instalados, em quantidade necessária para garantir a não interrupção do abastecimento de suprimentos e consumíveis.

8. REQUISITOS E CONDIÇÕES RELATIVOS AO OBJETO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

- **a.** A elaboração da proposta deve levar em consideração o seguinte:
 - i. Prazo para a entrega e instalação da solução de impressão:
 até 60 dias corridos após a assinatura do contrato;
 - ii. A PROPONENTE deverá apresentar os preços observando os critérios do edital:



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

- iii. Preço unitário pelo período do contrato por tipo de equipamento constante neste anexo, que será disponibilizado para a prestação de serviços;
- iv. Preço total pelo período do contrato para todos os tipos de equipamentos constantes neste anexo, que serão disponibilizados para a prestação de serviços;
- v. Preço unitário por página de impressão, considerando-se as categorias de equipamentos e quantidades estimadas na

Planilha de Proposta, deste termo de referência; vi. Preço Total de Impressão, considerando-se o valor para a totalidade dos volumes estimados mensalmente conforme a Planilha de Proposta deste termo de referência;

- **b.** O julgamento será feito pelo "Menor Preço Total pelo período contratual", ofertado pelos PROPONENTES;
- **c.** A manutenção preventiva será realizada pela PROPONENTE conforme calendário a ser ajustado entre as partes tendo por objetivo prevenir a ocorrência de quebras ou defeitos dos equipamentos conservando-os em perfeito estado de funcionamento, esses serviços serão prestados no local onde os equipamentos estejam instalados;
- **d.** Os serviços de manutenção serão realizados pela PROPONENTE no horário comercial compreendido entre as 8hs e 18hs, de Segunda à Sexta-feira.
- **e.** Os tempos máximos para atendimento e solução do problema por parte da PROPONENTE serão contados a partir da abertura do chamado técnico, que deverá ser efetuado pelo representante da contratante;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

- **f.** O "Chamado técnico para manutenção corretiva", ou Suporte Técnico será efetuado pelo representante da Contratante por meio de telefone 0800, e-mail e através de um portal via web que neste momento preencherá o documento Acompanhamento de Abertura de Chamados Técnicos fornecendo à PROPONENTE, para fins de abertura do chamado técnico, no mínimo, as seguintes informações:
 - i. Número de série do equipamento;
 - ii. Breve descrição do defeito;
 - iii. Local de instalação / departamento;
 - iv. Pessoa de contato no local, Telefone e E-mail;
- g. Define-se como "Tempo de atendimento ao chamado" o período compreendido entre o horário de comunicação do chamado feito pela Contratante e o horário de chegada do técnico ao local do atendimento;
- h. Define-se como "Tempo de solução do problema", ao período compreendido entre o horário de chegada do técnico ao local de atendimento e o horário do término da solução, devidamente registrados no documento Acompanhamento de Abertura de Chamados Técnicos, pela contratante, deixando o equipamento em condições normais de operação;
- i. Entende-se por "Solução do problema", a identificação e adoção de medidas corretivas a serem implementadas para sanar o problema que resultou a abertura do chamado;
- **j.** O técnico da empresa PROPONENTE fará um relatório dos procedimentos adotados durante o atendimento, fechando este registro após ter solucionado e concluído o chamado, devidamente aprovado



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

pela contratante, que ficará com uma via desse relatório que será anexada ao documento Acompanhamento de Abertura de Chamados Técnicos efetuando neste momento seu fechamento com base nos dados desse documento;

- **k.** Entende-se por "Conclusão dos chamados", o término do trabalho realizado pela empresa PROPONENTE, solucionando definitivamente o problema relatado no chamado, inclusive, para os casos em que houver a necessidade de substituição por backup;
- **I.** Os campos MARCA e MODELO deverão ser preenchidos na proposta no ato do cadastramento da proposta por parte da licitante;
- **m.** Na elaboração das propostas de preços os licitantes devem tomar como base o custo total, em 30 (trinta) meses da, de acordo com MODELO DE PROPOSTA. Será considerado vencedor o fornecedor que ofertar o menor preço global, e que necessariamente tenha condições de cotar todos os itens do lote;

9. MEDIÇÃO DE CONSUMO E FATURAMENTO

a. Mensalmente, a contratada deverá faturar os serviços prestados no mês correspondente, de acordo com a proposta de preço acordada em licitação. Na proposta de preço e na fatura, deverão vir explicitados os valores correspondentes a locação dos equipamentos separados dos valores correspondentes às páginas impressas. O modelo de contratação, portanto, envolve um valor fixo (locação dos equipamentos) e um valor variável (páginas consumidas).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

- **b.** Até 25° dia de cada mês, a contratada deverá medir a quantidade de impressões/cópias realizadas nos últimos 30 dias, apresentar o relatório de fechamento conforme explicado no parágrafo acima, descontando-se as falhas porventura ocorridas e deverá também disponibilizar relatório global de impresso e copiado no período.
- **c.** Após a apresentação do relatório por parte da contratada, a Contratante terá 5 (cinco) dias para apresentar sua aprovação para que o contratado posso efetuar o faturamento da locação e dos serviços de páginas impressas.
- **d.** Caso haja algum problema que impeça a Contratante de aprovar o relatório, a contratante terá 2 (dois) dias corridos para providenciar as devidas correções, e ato contínuo a Contratante aprovará o relatório em no máximo 1 (um) dia. Este procedimento será repetido tantas vezes quanto necessário até o saneamento de todos os pontos apontados.

10. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Os fornecedores deverão apresentar proposta contendo:

- a. Preço, contemplando os valores unitário e total, em moeda nacional, em algarismo por extenso, já considerando todas as despesas com tributos, fretes e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os materiais, mesmo que não estejam registrados nestes documentos;
- b. Especificações com discriminação detalhada dos materiais,
 constando marca, modelo, referência e quantidade para contratação de serviço;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

- c. Declaração do licitante, específica para a licitação, de que manterá a garantia contra defeito de fabricação e/ou vícios de funcionamento, enquanto vigorar a validade dos produtos;
- d. A licitante deverá apresentar comprovação do programa de destinação ambientalmente correta a ser dada a todos os recipientes e resíduos de suprimentos, em conformidade com a Lei Federal nº 12.305/2010 e os preceitos de preservação ambiental. Esta comprovação deverá ser expedida pelo licitante ou pelo fabricante dos equipamentos de impressoras e multifuncionais laser;
- e. Catálogos que comprovem o atendimento a todas as especificações das impressoras e dos multifuncionais, em português. Na possibilidade de alguma informação necessária a comprovação não constar do catálogo, poderá ser apresentada declaração do fabricante dos equipamentos (direcionada a este processo licitatório) informando do atendimento a estas características;
- f.Declaração do Licitante comprometendo-se a entregar equipamentos novos, de primeiro uso e em seu último estágio tecnológico;
- **g.** Declaração do Licitante comprometendo-se a utilizar, peças, suprimentos e consumíveis originais do fabricante dos equipamentos ou suprimentos homologados pelo fabricante dos equipamentos a serem utilizados.
- h. Será considerada vencedora a proposta de menor valor, desde que atendidas às exigências contidas neste Termo de Referência e no edital do Pregão, após a realização completa dos Procedimentos de Avaliação e Testes da Solução de Impressão e Digitalização.



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

11. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- a. Constituem obrigações do fornecedor:
- **b.** Fornecer os produtos cotados rigorosamente de acordo com as especificações e condições apresentadas na proposta comercial, inclusive na amostra, quanto às suas características e condições;
- **c.** Responsabilizar-se por quaisquer despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os materiais.
- **d.** Responder solidariamente com o fabricante e o distribuidor pelos materiais fornecidos.
- e. Substituir, no mesmo prazo previsto para a entrega, contado a partir da data da comunicação, via fax ou *e-mail*, e sem qualquer ônus para a contratante, os materiais fora das especificações e/ou condições predeterminadas, ou que apresentarem defeitos de fabricação dentro do prazo de validade.
- f.Arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros por seus empregados durante a entrega dos bens, inclusive durante a entrega dos equipamentos feita por transportadoras.
- g. O fornecedor deve ser proativo, uma vez que este tem acesso ao sistema de gestão e pode verificar os níveis de toner, vida útil dos demais consumíveis e equipamentos.
 - h. O fornecedor deverá comprovar práticas
 de

sustentabilidade de acordo com o previsto no Decreto nº 7.746 de 5 de junho de 2012.

i. Utilizar equipamentos novos, de primeiro uso e em seu último estado tecnológico;



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

j. Utilizar peças, suprimentos e consumíveis, originais do fabricante das impressoras e multifuncionais laser ou suprimentos homologados pelo fabricante dos equipamentos a serem utilizados.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **a.** Constituem obrigações da contratante, sem prejuízo das previstas no edital da licitação:
- **b.** Providenciar o pagamento das parcelas referentes à execução dos serviços de acordo com o pactuado no instrumento de Contrato;
- **c.** Acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução do objeto do contrato, procedendo, inclusive, à avaliação de desempenho dos técnicos da contratada:
- d. Comunicar à contratada as ocorrências para que sejam adotadas medidas corretivas;
 - **e.** Prestar à contratada todos os esclarecimentos

necessários à execução dos serviços;

- f. Manter liberados os locais e os equipamentos para a regular prestação dos serviços;
- g. Indicar fiscal e/ou gestor do contrato responsável pelo seu acompanhamento;
 - h. Encaminhar ao contratado o volume de páginas impressas mensalmente via telefone ou e-mail nas ocasiões onde impossibilitam



Coordenadoria de Tecnologia da Informação

a captura automática de contadores. Essa solicitação partirá da contratada quando houver necessidade;

13. VIGÊNCIA DO CONTRATO

a. O contrato terá vigência de 30 (trinta) meses, contados a partir do início da execução dos serviços, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

SUBITEM 1

	Secretaria de Agricultura e Abastecimento										
Localidade	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Portátil	Plotter	CNPJ faturamento				
SAA	20	14	4	2	0	0	46.384.400/0174-67				
CODEAGRO	7	3	2	2	0	0	46.384.400/0098-71				
IEA	8	0	1	7	0	0	46.384.400/0033-26				
IP	9	9	0	0	0	0	46.384.400/0030-83				
IAC	33	33	0	0	0	0	46.384.400/0023-54				
ITAL	15	0	12	3	0	0	46.384.400/0026-05				
IZ	6	0	5	1	0	0	46.384.400/0025-16				
CATI	45	21	24	0	0	0	46.384.400/0002-20				
CDA	158	29	21	0	107	1	46.384.400/0021-92				
DSMM	15	13	2	0	0	0	46.384.400/0016-25				
TOTAL	316	122	71	15	107	1					



SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Coordenadoria de Tecnologia da Informação Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - São Paulo/SP

			1			
Localidade	Departamento	Responsável	Quanti dade	Modelo	Local de entrega	CNPJ FATURAMENTO
SAA	Infra	Gilberto	1	Tipo 1	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0174-67
SAA	Recepção	Beatriz	1	Tipo 1	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0174-67
SAA	Informática	Weisley	1	Tipo 1	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0174-67
SAA	GSPOF	Artur	1	Tipo 1	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0174-67
SAA	Codeagro	ICA	1	Tipo 1	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0174-67
SAA	CJ	Dra. Cristina	1	Tipo 1	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0174-67
SAA	DA	Alvacir	1	Tipo 1	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0174-67
SAA	DA	Alvacir	2	Tipo 3	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0174-67
SAA	DRHU	Tania	1	Tipo 1	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0174-67
SAA	DRHU	Natalia	1	Tipo 2	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0174-67
SAA	DRHU	Natalia	2	Tipo 1	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0174-67
SAA	Ass. Técnica	Amorim	1	Tipo 1	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0174-67
SAA	Chefia	Karina	1	Tipo 2	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0174-67
SAA	Chefia	Ricardo	1	Tipo 1	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0174-67
SAA	Comunicação	Otávio	1	Tipo 2	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0174-67
SAA	Gabinete	Renata	1	Tipo 2	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0174-67
SAA	Gabinete	Assessores	2	Tipo 1	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0174-67
			20			
			PARQUE I	MPRESSÃ	O CODEAGRO	
Localidade	Departamento	Responsável	Quanti dade	Modelo	Local de entrega	CNPJ FATURAMENTO
CODEAGRO	Coordenador	Tiago	2	Tipo 3	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0098-71
CODEAGRO	Diretoria	Tiago	2	Tipo 2	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0098-71
CODEAGRO	Assessoria	Tiago	3	Tipo 1	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0098-71

n	PARQUE IMPRESSÃO INSTITUTO DE PESCA										
Localidade	Departamento	Responsável	uantidad	Modelo	Local de entrega	CNPJ FATURAMENTO					
São Paulo	Diretoria de Departamento	Edleuza	1	Tipo 1	Av. Conselheiro Rodrigues Alves, 1252 - Vila Mariana - SP -04014-002	46.384.400/0030-83					
São Paulo	Diretoria ADM	Sandra	1	Tipo 1	Av. Conselheiro Rodrigues Alves, 1252 - Vila Mariana - SP -04014-002	46.384.400/0030-83					
São Paulo	Centro de Pesquisa em Aquicultura / Centro de Pesquisa de Recursos Hídricos	Clovis	1	Tipo 1	Av. Conselheiro Rodrigues Alves, 1252 - Vila Mariana - SP -04014-002	46.384.400/0030-83					
Santos	Centro Avançado de Pesquisa do Pescado Marinho	Clebia	1	Tipo 1	Av. Bartolomeu de Gusmão, 192 - Ponta da Praia - Santos - SP - 11030-906	46.384.400/0030-83					
Ubatuba	Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento do Litoral Norte - Ubatuba	Venâncio	1	Tipo 1	Estrada Professor Joaquim Lauro Monte Claro, 2275 – Praia do Itaguá – Ubatuba	46.384.400/0030-83					
Cananéia	Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento do Litoral Sul - Cananéia	Edison Barbieri	1	Tipo 1	Endereço: Av. Professor Wladimir Besnard s/n. – Cananéia – SP - CEP 11680-000	46.384.400/0030-83					

		PARQUE IMPRESSÃO	SECRET	ARIA DE	AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
Localidade	Departamento	Responsável	Quanti dade	Modelo	Local de entrega	CNPJ FATURAMENTO
São José do Rio Preto	Centro Avançado de Pesquisa do Pescado Continental	Júlia	1	Tipo 1	Av. Aberlado Menezes, Rural s/n - acesso pela Rodovia Washington Luís, km 444 - S.José do R.Preto	46.384.400/0030-83
Pirassununga	Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Pirassununga	Marcello	1	Tipo 1	Av. Virgilio Baggio, 85 - Cachoeira de Emas - Pirassununga (SP)	46.384.400/0030-83
Campos do Jordão	Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Campos do Jordão	Rosana	1	Tipo 1	Parque Estadual de Campos do Jordão, s/nº - Campos do Jordão (SP)	46.384.400/0030-83
			9			
		PARQUE	IMPRES:	SÃO INST	ITUTO DE ZOOTECNIA	
Localidade	Departamento	Responsáveis	Quanti dade	Modelo	Local de entrega	CNPJ FATURAMENTO
Sede Instituto de Zootecnia		Roberto Nunes dos Santos Sebastião Aparecido Teixeira	1	Tipo 3	Rua Heitor Penteado, nº 56 - Centro - Nova Odessa/SP	46.384.400/0025-16

Centro de Pesquisa Bovinos Corte	Administrativo	Roberto Nunes dos Santos Aline Villela da Costa	1	Tipo 2	Rod. Carlos Tonani, km 93 - Zona Rural - Sertãozinho/SP	46.384.400/0025-16
Centro de Pesquisa Bovinos Leite	Administrativo	Roberto Nunes dos Santos Sebastião Aparecido Teixeira	1	Tipo 2	Rod Luiz de Queiroz, km 123 - Bairro da Lagoa - Nova Odessa- Americana/SP	46.384.400/0025-16
Unidade de Pesquisa	Administrativo	Roberto Nunes dos Santos Luci Mara Vanni Vieira	1	Tipo 2	Av. Bandeirantes, nº 2419 - Vila Virginia - Ribeirão Preto/SP	46.384.400/0025-16
Unidade de Pesquisa	Administrativo	Roberto Nunes dos Santos Luis Roberto Sernagioto	1	Tipo 2	Rod. Washington Luis, km 445 - Zona Rural - São José do Rio Preto/SP	46.384.400/0025-16
Unidade de Pesquisa	Administrativo	Roberto Nunes dos Santos Laudicene Aparecida de Souza	1	Tipo 2	Rod. Regis Bittencourt, km 460 - Zona Rural - Registro/SP	46.384.400/0025-16
			6			
			PARQ	UE IMPRE	SSÃO ITAL	
Localidade	Departamento	Responsável	Quant.	Modelo	Local de entrega	CNPJ FATURAMENTO
Campinas	Ital	Cetea	1	Tipo 3	Av. Brasil, 2880 - Campinas	46.384.400/0026-05
Campinas	Ital	Cetea	3	Tipo 2	Av. Brasil, 2880 - Campinas	46.384.400/0026-05
Campinas	Ital	CCQA	1	Tipo 3	Av. Brasil, 2880 - Campinas	46.384.400/0026-05
Campinas	Ital	CCQA	2	Tipo 2	Av. Brasil, 2880 - Campinas	46.384.400/0026-05
Campinas	Ital	DG	1	Tipo 3	Av. Brasil, 2880 - Campinas	46.384.400/0026-05
Campinas	Ital	DG	2	Tipo 2	Av. Brasil, 2880 - Campinas	46.384.400/0026-05
Campinas	Ital	Chocotec	1	Tipo 2	Av. Brasil, 2880 - Campinas	46.384.400/0026-05

	PARQUE IMPRESSÃO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO										
Localidade	Departamento	Responsável	Quanti dade	Modelo	Local de entrega	CNPJ FATURAMENTO					
Campinas	Ital	Tecnolat	1	Tipo 2	Av. Brasil, 2880 - Campinas	46.384.400/0026-05					
Campinas	Ital	СТС	1	Tipo 2	Av. Brasil, 2880 - Campinas	46.384.400/0026-05					
Campinas	Ital	Fruthotec	1	Tipo 2	Av. Brasil, 2880 - Campinas	46.384.400/0026-05					
Campinas	Ital	Blibioteca	1	Tipo 2	Av. Brasil, 2880 - Campinas	46.384.400/0026-05					

	Т			1	T	1
			15			
			PARQL	JE IMPRES	isão DSMM	
Localidade	Departamento	Responsável	Quanti dade	Modelo	Local de entrega	CNPJ FATURAMENTO
Laboratório Campinas	DSMM	Lilian Cerveira	1	Tipo 1	Av. Brasil, 2340 – Prédio 1 – 2° andar, Jd. Chapadão – CEP: 13070-178 – Campinas /SP – lcsm@sp.gov.br	46.384.400/0016-25
NPS Avaré	DSMM	Braz Costa de Oliveira Júnior	1	Tipo 1	Av. Anápolis, 901 – Parque Jurumirim – CEP: 18704-000 – Avaré/SP – Tel. (14) 3733-1952 – npsavare@sp.gov.br	46.384.400/0016-25
NPS Ataliba Leonel - Manduri/SP	DSMM	Fernando Santos	1	Tipo 1	Rod. SP 287, Km 50 – CEP: 18800-000 – Manduri/SP – Tel. (15) 3356-1196 – npsatalibaleonel@sp.gov.br	46.384.400/0016-25
NPS Fernandópolis	DSMM	Flávio Sueo Tokuda	1	Tipo 1	Av. Afonso Cáffaro, 3.648, Bairro da Estação CEP: 15600-000 – Fernandópolis/SP – Tel. (17) 3442-2103 – npsfernandopolis@sp.gov.br	46.384.400/0016-25
NPS Paraguaçu Paulista	DSMM	Gisele Aparecida Bonacin	1	Tipo 1	Av. José Jorge Stevam, 195, Barra Funda CEP: 19700-000 – Paraguaçu Paulista/SP – Tel. (18) 3361-1623 – npsparaguacupaulista@sp.gov.br	46.384.400/0016-25
NPM Itaberá	DSMM	Marcos Augusto Franco Júnior	1	Tipo 1	Rod. SP-249, km 109, Mestre Pedro – Caixa Postal 49 – CEP:. 18440-000 – Itaberá/SP – Tel. (15) 3562-1642 – npmitabera@sp.gov.br	46.384.400/0016-25
NPM Marília	DSMM	Eduardo Gazola	1	Tipo 1	Av. Andrade Neves, 81, Bairro Cascata – CEP: 17515-400 – Marilia/SP – Tel. (14) 3433-4118 - npmmarilia@sp.gov.br	46.384.400/0016-25
NPM Pederneiras	DSMM	José Roberto Bois	1	Tipo 1	Estrada velha de Jaú, s/nº, Bairro Duas Passagens – Caixa Postal 48 – CEP: 17280000 – Pederneiras/SP Tel. (14) 3283-3030 npmpederneiras@sp.gov.br	46.384.400/0016-25
NPS São Bento do Sapucaí	DSMM	Anderson Tatsuo Watanabe	1	Tipo 1	Bairro Pinheiro – Caixa Postal 22 – CEP: 12490-000 – S. Bento do Sapucaí/SP – Tel. (12) 3971.1306 - npmsaobentodosapucai@sp.gov.br	46.384.400/0016-25
NPM Tietê	DSMM	Walkiria Nicolosi	1	Tipo 1	Rod.Mal. Rondon, Km 155,5, Bairro Mandissununga Caixa Postal 49 – CEP: 18530-000 – Tietê/ SP – Tel. (15) 3282-1919 – npmtiete@sp.gov.br	46.384.400/0016-25
Laboratório de Micropropagaçã o (Tietê)	DSMM	Laura Becker	1	Tipo 1	Rod.Mal. Rondon, Km 155,5, Bairro Mandissununga Caixa Postal 49 – CEP: 18530-000 – Tietê/ SP – Tel. (15) 3282-1919 – npmtiete@sp.gov.br	46.384.400/0016-25
Almoxarifado Campinas	DSMM	Ana Paula Rodrigues	1	Tipo 1	Av. Brasil, 2340 – Jd. Chapadão – CEP: 13070-178 – Campinas /SP – anapaula.silva@sp.gov.br	46.384.400/0016-25

Viveiro de						
Mudas	DSMM	Marcelo Sokei			Av. Brasil, 2340 – Jd. Chapadão – CEP: 13070-178 – Campinas /SP –	
Campinas			1	Tipo 1	marcelosokei@sp.gov.br	46.384.400/0016-25

		PARQUE IMPRESS	ÃO SECRE	TARIA DE	AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
Localidade	Departamento	Responsável	Quanti dade	Modelo	Local de entrega	CNPJ FATURAMENTO
Laboratório Central de Sementes - Campinas	DSMM	Lilian Cerveira	1	Tipo 2	Av. Brasil, 2340 – 1° andar, Jd. Chapadão – CEP: 13070-178 – Campinas /SP – lcsm@sp.gov.br	46.384.400/0016-25
NPS Ataliba Leonel - Manduri/SP	DSMM	Fernando Santos	1	Tipo 2	Rod. SP 287, Km 50 – CEP: 18800-000 – Manduri/SP – Tel. (15) 3356-1196 – npsatalibaleonel@sp.gov.br	46.384.400/0016-25
		PARQUE IN	15 MPRESSÃC) INSTITU	TO AGRÔMICO (IAC) - SEDE	
Localidade	Departamento	Responsável	luantidad	Modelo	Local de entrega	CNPJ FATURAMENTO
Prédio Principal	Diretoria Geral	Maria Cristina Camargo	1	Tipo 1	Avenida Barão de Itapura, 1.481 - Botafogo - Campinas - 13020-902	46.384.400/0023-54
Prédio Principal	Assessoria	Margarete Aparecida Das Chagas	1	Tipo 1	Avenida Barão de Itapura, 1.481 - Botafogo - Campinas - 13020-902	46.384.400/0023-54
Prédio Principal	NIT	Lilian Cristina Anefalos	1	Tipo 1	Avenida Barão de Itapura, 1.481 - Botafogo - Campinas - 13020-902	46.384.400/0023-54
Prédio Principal	Administração	Priscila Cristina da Silva	1	Tipo 1	Avenida Barão de Itapura, 1.481 - Botafogo - Campinas - 13020-902	46.384.400/0023-54
Prédio Principal	Núcleo Pessoal	Roselaine de Fatima Baradel Testi de Lima	1	Tipo 1	Avenida Barão de Itapura, 1.481 - Botafogo - Campinas - 13020-902	46.384.400/0023-54
Prédio Principal	Comunicação	Silvana Aparecida Barbosa	1	Tipo 1	Avenida Barão de Itapura, 1.481 - Botafogo - Campinas - 13020-902	46.384.400/0023-54
Fran Dafert	Pós Graduação	Aline Renee Coscione	1	Tipo 1	Avenida Barão de Itapura, 1.481 - Botafogo - Campinas - 13020-902	46.384.400/0023-54
Dom Pedro	Solos	Monica Ferreira De Abreu	2	Tipo 1	Avenida Barão de Itapura, 1.481 - Botafogo - Campinas - 13020-902	46.384.400/0023-54
	Solos	Aline Renee Coscione	1	Tipo 1	Avenida Barão de Itapura, 1.481 - Botafogo - Campinas - 13020-902	46.384.400/0023-54

	PARQUE IMPRESSÃO INSTITUTO AGRÔMICO (IAC) - Fazenda Santa Elisa (CEC)										
Localidade	Departamento	Responsável	uantidad	Modelo	Local de entrega	CNPJ FATURAMENTO					
Prédio da Infraestrutura CEC (antiga Climatologia)	Administração e Frota	Reginaldo De Lima	1	Tipo 1	Avenida Theodureto de Almeida Camargo, 1.500 - Jardim Nossa Senhora Auxiliadora - Campinas - 13075-630	46.384.400/0023-54					
Administração CEC (antigo Arroz)	Administração	Messias Pereira De Souza	1	Tipo 1	Avenida Theodureto de Almeida Camargo, 1.500 - Jardim Nossa Senhora Auxiliadora - Campinas - 13075-630	46.384.400/0023-54					
Centro de Café Alcides Carvalho	Centro de Café	Ligia Auxiliadora Biajoli Alves	1	Tipo 1	Avenida Theodureto de Almeida Camargo, 1.500 - Jardim Nossa Senhora Auxiliadora - Campinas - 13075-630	46.384.400/0023-54					
Programa Feijão	Grão e Fibras	Elaine Aparecida Macedo	1	Tipo 1	Avenida Theodureto de Almeida Camargo, 1.500 - Jardim Nossa Senhora Auxiliadora - Campinas - 13075-630	46.384.400/0023-54					

	PARQUE IMPRESSÃO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO										
Localidade	Departamento	Responsável	Quanti dade	Modelo	Local de entrega	CNPJ FATURAMENTO					
Produção de Sementes	Grão e Fibras	Mara Mistro	1	Tipo 1	Avenida Theodureto de Almeida Camargo, 1.500 - Jardim Nossa Senhora Auxiliadora - Campinas - 13075-630	46.384.400/0023-54					
Fitoquímica	Ecofi	Sandra Aparecida Manoel	1	Tipo 1	Avenida Theodureto de Almeida Camargo, 1.500 - Jardim Nossa Senhora Auxiliadora - Campinas - 13075-630	46.384.400/0023-54					
Irrigação e Drenagem	Centro de Ecofisiologia e Biofísica	Maria Aparecida da Silva	1	Tipo 1	Avenida Theodureto de Almeida Camargo, 1.500 - Jardim Nossa Senhora Auxiliadora - Campinas - 13075-630	46.384.400/0023-54					
Quarentenário	Centro de Fitossanidade	Roberta Pierry Uzzo	1	Tipo 1	Avenida Theodureto de Almeida Camargo, 1.500 - Jardim Nossa Senhora Auxiliadora - Campinas - 13075-630	46.384.400/0023-54					
Prédio Plantas Aromáticas	Centro de Horticultura	Eliane Gomes Fabri	1	Tipo 1	Avenida Theodureto de Almeida Camargo, 1.500 - Jardim Nossa Senhora Auxiliadora - Campinas - 13075-630	46.384.400/0023-54					
Secretária Genética	Centro de Gentica	Solange Camargo	1	Tipo 1	Avenida Theodureto de Almeida Camargo, 1.500 - Jardim Nossa Senhora Auxiliadora - Campinas - 13075-630	46.384.400/0023-54					

		PARQUE IMPRES	SÃO INST	ITUTO AG	RÔMICO (IAC) - Centro de Frutas	
	_					
Localidade	Departamento	Responsável	uantidad	Modelo	Local de entrega	CNPJ FATURAMENTO
					Avenida Luiz Pereira dos Santos, 1.500 - Bairro Corrupira - Jundiaí (SP) -	
Secretária	Centro de Frutas	Mara Fernandes Moura	1	Tipo 1	13214820	46.384.400/0023-54
		PARQUE IMPRESSÃO INS	TITUTO A	GRÔMICO	(IAC) - Centro de Engenharia e Automação	
Localidade	Departamento	Responsável	uantidad	Modelo	Local de entrega	CNPJ FATURAMENTO
					Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, km 65, marginal Leste - Jundia	í
Secretária	Centro de Engenharia	Hamilton Humberto Ramos	1	Tipo 1	SP - 13212-240	46.384.400/0023-54
		PARQUE IMPRESSÃO INSTI	TUTO AGI	RÔMICO (IAC) - Centro de Citricultura "Sylvio Moreira"	
Localidade	Departamento	Responsável	uantidad	Modelo	Local de entrega	CNPJ FATURAMENTO
Secretária	Centro de Engenharia	Vivian Michelle Dos Santos	1	Tipo 1	Rodovia Anhangüera, km 158 - Cordeirópolis - 13490-970	46.384.400/0023-54
Clinica Fitotapoliga	Centro de Engenharia	Dirceu De Mattos Junior	1	Tipo 1	Rodovia Anhangüera, km 158 - Cordeirópolis - 13490-970	46.384.400/0023-54
	P	ARQUE IMPRESSÃO INSTITUTO	O AGRÔM	ICO (IAC)	- Centro de Seringueira e Sistemas Agroflorestais	
Localidade	Departamento	Responsável	uantidad	Modelo	Local de entrega	CNPJ FATURAMENTO
Secretária	Centro de Engenharia	Valdecir Avelino Do Nascimento	1	Tipo 1	Rodovia Péricles Belini, km 121 + 6 km terra, Votuporanga 15505-970	46.384.400/0023-54
		PARQUE IMPRES	SSÃO INS	TITUTO AC	GRÔMICO (IAC) - Centro de Cana	
Localidade	Departamento	Responsável	uantidad	Modelo	Local de entrega	CNPJ FATURAMENTO
Secretária	Centro de Cana	Jurema De Campos Cassanelli	1	Tipo 1	Rodovia Antonio Duarte Nogueira, km 321 - (Anel Viário Contorno Sul) - Ribeirão Preto - 14.001-970	46.384.400/0023-54
МРВ	Centro de Cana	Mauro Alexandre Xavier	1	Tipo 1	Rodovia Antonio Duarte Nogueira, km 321 - (Anel Viário Contorno Sul) - Ribeirão Preto - 14.001-970	46.384.400/0023-54

		Silvana Aparecida Creste Dias			Rodovia Antonio Duarte Nogueira, km 321 - (Anel Viário Contorno Sul) - Ribeirão Preto - 14.001-970	
Biofabrica	Centro de Cana	De Souza	1	Tipo 1		46.384.400/0023-54
		PARQUE IMP	PRESSÃO I	NSTITUTC	O AGRÔMICO (IAC) - Mococa	
Localidade	Departamento	Responsável	luantidad	Modelo	Local de entrega	CNPJ FATURAMENTO
Secretária	Centro de Cana	Paulo Boller Gallo	1	Tipo 1	Av. Presidente Castelo Branco, 700 - Mococa - 13730-970	46.384.400/0023-54

		PARQUE IMPRESS.	ÃO SECRE	TARIA DE	AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
Localidade	Departamento	Responsável	Quanti dade	Modelo	Local de entrega	CNPJ FATURAMENTO
		PARQUE IMPRESSÃO INS	TITUTO A	GRÔMICO	O (IAC) - Núcleo Regional de Pesquisa - Jaú	
Localidade	Departamento	Responsável	uantidad	Modelo	Local de entrega	CNPJ FATURAMENTO
					Rodovia Deputado Leônidas Pacheco Ferreira (SP 304, Jaú - Bariri), Km 304 -	
Secretária	Centro de Cana	rafaella.rosetto@sp.govbr	1	Tipo 1	Pouso Alegre de Baixo - 17201-970 – Jaú	46.384.400/0023-54
		PARQUE IMPRESSÃO INS	TITUTO AG	GRÔMICO	(IAC) - Núcleo Regional de Pesquisa - Tatuí	
Localidade	Departamento	Responsável	uantidad	Modelo	Local de entrega	CNPJ FATURAMENTO
					Rodovia Mário Batista Mori, SP 141, Km 38 + 200 m, s/nº - Bairro Vila São Cristovão - Tatuí - 8280-000	
Secretária	Centro de Cana	Marcelo Ticelli	1	Tipo 1		46.384.400/0023-54
	F	PARQUE IMPRESSÃO INSTITU	TO AGRÔ	MICO (IA	C) - Núcleo Regional de Pesquisa - Capão Bonito	
Localidade	Departamento	Responsável	uantidad	Modelo	Local de entrega	CNPJ FATURAMENTO
		Vera Lucia Nishijima Paes De		_	Rodovia Sebastião Ferraz de Camargo Penteado - SP 250, km 232 Bairro Caitê - 18300-970 - Capão Bonito	
Secretária	Centro de Cana	Barros	1	Tipo 1		46.384.400/0023-54

			PARQUE IMPRESSÃO IN	STITUTO AG	GRÔMICO	(IAC) - Núcleo Regional de Pesquisa - Itararé	
Localidade	Departamento		Responsável	uantidad	Modelo	Local de entrega	CNPJ FATURAMENTO
Secretária	Centro de Cana		Thiago Leandro Factor	1 33	Tipo 1	Estrada Municipal Itararé / Bonsucesso, km 29,5 - Bairro Ventania - Itararé - 18460-000	46.384.400/0023-54
					QUE IMPRE	ESSÃO IEA	
Localidade	Departamento		Responsável	uantidad	Modelo	Local de entrega	CNPJ FATURAMENTO
Diretor Geral	Celso		Paulo Jose Coelho	1	Tipo 3	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0033-26
CPIEA	Felipe		Paulo Jose Coelho	1	Tipo 3	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0033-26
CPEEA	Soraia		Paulo Jose Coelho	1	Tipo 3	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0033-26
CAPD	Helem		Paulo Jose Coelho	1	Tipo 3	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0033-26
Comunicação	André		Paulo Jose Coelho	1	Tipo 2	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0033-26
Comunicação	André		Paulo Jose Coelho	1	Tipo 3	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0033-26
Informática	Paulo/Informática	3	Paulo Jose Coelho	1	Tipo 3	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0033-26
Laboratório	Priscilla-Vagner/Laboratório	3	Paulo Jose Coelho	1	Tipo 3	Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro - SP - 01037-912	46.384.400/0033-26
				8			
	ı		PA	RQUE IMPR	ESSÃO CA	iti/CDA - SEDE CAMPINAS	
Localidade	Departamento		Responsável	Quanti dade	Modelo	Local de entrega	CNPJ FATURAMENTO

-						
Prédio Campinas	Sala do Coordenador CATI	Antonio Marcos Duarte	1	Tipo 1	Av. Brasil, 2340 – Jd. Chapadão – CEP: 13070-178 – Campinas /SP	46.384.400/0021-92
Prédio Campinas	Sala do Coordenador CDA	Antonio Marcos Duarte	1	Tipo 1	Av. Brasil, 2340 – Jd. Chapadão – CEP: 13070-178 – Campinas /SP	46.384.400/0021-92
Prédio Campinas	Sala de Impressão	Antonio Marcos Duarte	1	Plotter	Av. Brasil, 2340 – Jd. Chapadão – CEP: 13070-178 – Campinas /SP	46.384.400/0021-92
Prédio Campinas	Sala de Impressão	Antonio Marcos Duarte	1	Tipo 2	Av. Brasil, 2340 – Jd. Chapadão – CEP: 13070-178 – Campinas /SP	46.384.400/0002-20
Prédio Campinas	Sala de Impressão	Antonio Marcos Duarte	1	Tipo 2	Av. Brasil, 2340 – Jd. Chapadão – CEP: 13070-178 – Campinas /SP	46.384.400/0002-20
Prédio Campinas	Sala do Subsecretário	Antonio Marcos Duarte	1	Tipo 2	Av. Brasil, 2340 – Jd. Chapadão – CEP: 13070-178 – Campinas /SP	46.384.400/0021-92
Prédio Campinas	Diretor APTA - Regional	Antonio Marcos Duarte	1	Tipo 1	Av. Brasil, 2340 – Jd. Chapadão – CEP: 13070-178 – Campinas /SP	46.384.400/0021-92
Prédio Campinas	Sala de Impressão	Antonio Marcos Duarte	1	Tipo 2	Av. Brasil, 2340 – Jd. Chapadão – CEP: 13070-178 – Campinas /SP	46.384.400/0002-20
Prédio Campinas	Sala de Impressão	Antonio Marcos Duarte	1	Tipo 2	Av. Brasil, 2340 – Jd. Chapadão – CEP: 13070-178 – Campinas /SP	46.384.400/0002-20
Prédio Campinas	Sala de Impressão	Antonio Marcos Duarte	1	Tipo 2	Av. Brasil, 2340 – Jd. Chapadão – CEP: 13070-178 – Campinas /SP	46.384.400/0002-20
Prédio Campinas	Recepção	Antonio Marcos Duarte	1	Tipo 1	Av. Brasil, 2340 – Jd. Chapadão – CEP: 13070-178 – Campinas /SP	46.384.400/0021-92
Prédio Campinas	Sala dos produtores	Antonio Marcos Duarte	1	Tipo 1	Av. Brasil, 2340 – Jd. Chapadão – CEP: 13070-178 – Campinas /SP	46.384.400/0021-92
Prédio Campinas	Protocolo	Antonio Marcos Duarte	1	Tipo 1	Av. Brasil, 2340 – Jd. Chapadão – CEP: 13070-178 – Campinas /SP	46.384.400/0021-92
Prédio Campinas	Laboratório	Antonio Marcos Duarte	1	Tipo 1	Av. Brasil, 2340 – Jd. Chapadão – CEP: 13070-178 – Campinas /SP	46.384.400/0021-92
CATI	Regionais	Antonio Marcos Duarte	21	Tipo 1	Anexo I	46.384.400/0002-20
CATI	Regionais	Antonio Marcos Duarte	19	Tipo 2	Anexo I	46.384.400/0002-20
CDA	Regionais	Antonio Marcos Duarte	21	Tipo1	Anexo II	46.384.400/0021-92
CDA	Regionais	Antonio Marcos Duarte	21	Tipo2	Anexo II	46.384.400/0021-92
CDA	Sede/Regionais	Antonio Marcos Duarte	107	Portátil	Anexo II	46.384.400/0021-92
			203			

71 Tipo 2 15 Tipo 3

107 Portátil

1 Plotter

ANEXO I

		Modelo		_	_					CNPJ	
CATI	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Portátil	Plotter	Endereço	СЕР	Cidade	Fone	e-mail	FATURAMENTO
Sede São Paulo/SAA	1	0	0	0	0	Praça Ramos de Azevedo, 254, Centro	01037-912	São Paulo	(11) 5067- 0120	luisferreira@sp.gov.br	46.384.400/0002- 20
Andradina	1	1	0	0	0	Av. Barão do Rio Branco, 1990	16901-014	Andradina	(18) 3722- 3940	edr.andradina@cdrs.sp.gov.br	46.384.400/0002- 20
Araçatuba	1	1	0	0	0	Rua Barão do Triunfo, 403	16050-230	Araçatuba	(18) 3624- 4200	edr.aracatuba@cdrs.sp.gov.br	46.384.400/0002- 20
Araraquara	1	1	0	0	0	Rua 13 de Maio, nº 1.352	14810-086	Araraquara	(16) 3322- 0511	edr.araraquara@cdrs.sp.gov.br	46.384.400/0002- 20
Assis	1	1	0	0	0	Rua Santa Cecília, nº 319	19806-050	Assis	(18) 3322- 5951	edr.assis@cdrs.sp.gov.br	46.384.400/0002- 20
Avaré	1	1	0	0	0	Rua Santa Catarina, 1901	18708-005	Avaré	(14) 3733- 1977	edr-avare@cdrs.sp.gov.br	46.384.400/0002- 20
Barretos	1	1	0	0	0	Rua Quatro, 966	14780-005	Barretos	(17) 3322- 8482	edr.barretos@cdrs.sp.gov.br	46.384.400/0002- 20
Bauru	1	1	0	0	0	Av. Cruzeiro do Sul, 13-15	17030-743	Bauru	(14) 3878- 4021	edr.bauru@cdrs.sp.gov.br	46.384.400/0002- 20
Botucatu	1	1	0	0	0	Rua Ranimiro Lotufo, 202	18607-050	Botucatu	(14) 3882- 4422	edr.botucatu@cdrs.sp.gov.br	46.384.400/0002- 20
Bragança Paulista	1	1	0	0	0	Av. Dr. Fernando Costa, 290 , Vila Municipal	12912-140	Bragança Paulista	(11) 4035- 2880	edr.braga@cdrs.sp.gov.br	46.384.400/0002- 20
Campinas	1	0	0	0	0	Av. Brasil, nº 2.340 - Jd. Guanabara	13070-178	Campinas	(19) 3743- 3881	edr.campinas@cdrs.sp.gov.br	46.384.400/0002- 20
Catanduva	1	1	0	0	0	Rua Tanabi, nº 96 - Vila Guzzo	15803-060	Catanduva	(17) 3522- 5258	edr.catanduva@cdrs.sp.gov.br	46.384.400/0002- 20
Dracena	1	1	0	0	0	Rua Brasil, 978	17900-000	Dracena	(18) 3821- 3250	edr.dracena@cdrs.sp.gov.br	46.384.400/0002- 20
Fernandópolis	1	1	0	0	0	Av. dos Arnaldos, 1.015	15600-000	Fernandópolis	(17) 3442- 1411	edr.fernandopolis@cdrs.sp.gov.br	46.384.400/0002- 20
Franca	1	1	0	0	0	Rua Capitão Zeca de Paula, nº 883	14400-160	Franca	(16) 3722- 3376	edr.franca@cdrs.sp.gov.br	46.384.400/0002- 20
General Salgado	1	1	0	0	0	Av. João Garcia, 1264	15300-000	General Salgado	(17) 3832- 1247	edr.general@cdrs.sp.gov.br	46.384.400/0002- 20
Guaratinguetá	1	1	0	0	0	Av. Dr. Ariberto Pereira da Cunha, 310	12516-410	Guaratinguetá	(12) 3125- 1991	edr.guaratin@cdrs.sp.gov.br	46.384.400/0002- 20
Itapetininga	1	1	0	0	0	Rua Coronel Pedro Dias Batista, 1405	18200-350	Itapetininga	(15) 3271- 0660	edr.itapetininga@cdrs.sp.gov.br	46.384.400/0002- 20
Itapeva	1	1	0	0	0	Rua Major Eurico Monteiro, 143	18400-620	Itapeva	(15) 3522- 0177	edr.itapeva@cdrs.sp.gov.br	46.384.400/0002- 20
Jaboticabal	1	1	0	0	0	Av. 13 de Maio, nº 946	14870-160	Jaboticabal	(16) 3202- 3746	edr.jaboticabal@cdrs.sp.gov.br	46.384.400/0002- 20
Jales	0	0	0	0	0	Rua 08, n.º1959 Jardim Maria Paula	15704-102	Jales	(17) 3632- 1499	edr.jales@cdrs.sp.gov.br	46.384.400/0002- 20
Jaú	0	0	0	0	0	Rua Governador Armando Salles, 218	17201-360	Jaú	(14) 3622- 6088/	edr.jau@cdrs.sp.gov.br	46.384.400/0002- 20
Limeira	0	0	0	0	0	Rua João Kuhl Filho, s/nº	13480-731	Limeira	(19) 3441- 1178	edr.limeira@cdrs.sp.gov.br	46.384.400/0002- 20
Lins	0	0	0	0	0	0 Rua Vitoriano Borges, 715 16400		Lins	(14) 3522- 1058	edr.lins@cdrs.sp.gov.br	46.384.400/0002- 20
Marília	0	0	0	0	0	Rua Santa Helena, 436	17513-322	Marília	(14) 3433- 2332	edr.marilia@cdrs.sp.gov.br	46.384.400/0002- 20
Mogi das Cruzes	0	0	0	0	0	Rua Cândido Xavier de Almeida e Souza, 35	08780-210	Mogi das Cruzes	(11) 4798- 1001	edr.mcruzes@cdrs.sp.gov.br	46.384.400/0002- 20

Mani Minina									(19) 3862-		46.384.400/0002-
Mogi Mirim	0	0	0	0	0	Rua Joaquim Dias Guerreiro, 111	13801-084	Mogi Mirim	3473	edr.mogimirim@cdrs.sp.gov.br	20
Orlândia									(16) 3826-		46.384.400/0002-
Oriandia	0	0	0	0	0	Rua Oito, 946	14620-000	Orlândia	0779	edr.orlandia@cdrs.sp.gov.br	20
Ourinhos									(14) 3326-		46.384.400/0002-
Outilinos	0	0	0	0	0	Rua Duque de Caxias, 737	19911-621	Ourinhos	4477	edr.ourinhos@cdrs.sp.gov.br	20
Pindamonhangaba	1	1	0			Av. Nossa Senhora do Bom Sucesso, 1.181 - Campo	12420-010	Pindamonhangaba	(12) 3643-		46.384.400/0002-
Filidamomangaba	I	'	U	0	0	Alegre	12420-010	Findamonnangaba	2022	edr.pinda@cdrs.sp.gov.br	20
Piracicaba									(19) 3433-		46.384.400/0002-
FIIacicaba	0	0	0	0	0	Rua Campos Salles, 507	13400-200	Piracicaba	5291	edr.piracicaba@cdrs.sp.gov.br	20
Presidente								Presidente	(18) 3221-		46.384.400/0002-
Prudente	0	0	0	0	0	Av. Coronel Marcondes, nº 2.385	19013-050	Prudente	1022	edr.pprudente@cdrs.sp.gov.br	20
Presidente								Presidente	(18) 3271-		46.384.400/0002-
Venceslau	0	0	0	0	0	Rua Campos Sales, 282	19400-000	Venceslau	1088	edr.pvenceslau@cdrs.sp.gov.br	20
Registro									(13) 3821-		46.384.400/0002-
Registro	0	0	0	0	0	Av. Wild José de Souza, nº 456	11900-000	Registro	3649	edr.registro@cdrs.sp.gov.br	20
Ribeirão Preto									(16) 3610-		46.384.400/0002-
Kibeliao Pieto	0	0	0	0	0	Av. Fábio Barreto, 41	14050-00	Ribeirão Preto	8228	edr-ribeirao@cdrs.sp.gov.br	20
São João da Boa								São João da Boa	(19) 3623-		46.384.400/0002-
Vista	0	0	0	0	0	Rua Teófilo Ribeiro de Andrade, 1060	13870-210	Vista	3555	edr.sjbvista@cdrs.sp.gov.br	20
São José do Rio								São José do Rio	(17) 3224-		46.384.400/0002-
Preto	0	0	0	0	0	Av. Dr. Cenobelino Barros Serra, 1432	15030-000	Preto	2755	edr.sjriopreto@cdrs.sp.gov.br	20
São Paulo	0	0				Praça Ramos de Azevedo, 254, Centro	01037-912	São Paulo	(11) 3862-		46.384.400/0002-
Sau Faulu	0	U	U	0	0	Praça Ramos de Azevedo, 234, Centro	01037-912	3d0 Faul0	5504	edr.saopaulo@cdrs.sp.gov.br	20
Taubaté									(12) 3633-		
Taubate	0	0	0	0	0	Rua Doutor Benedito Cursinodos Santos, 155	12030-190	Taubaté	3455	_	
Sorocaba									(15) 3222-		46.384.400/0002-
SOTOCADA	0	0	0	0	0	Rua Gustavo Teixeira, nº 412	18040-323	Sorocaba	2852	edr.sorocaba@cdrs.sp.gov.br	20
Tunã									(014) 3496-		46.384.400/0002-
Tupã	0	0	0	0	0	R. Bororos, 901	17600-020	Tupã	4525	edr.tupa@cdrs.sp.gov.br	20
Votunoranga									(17) 3421-		46.384.400/0002-
Votuporanga	0	0	0	0	0	Rua Itacolomí, nº 3096	15500-467	Votuporanga	3188	edr.votuporanga@cdrs.sp.gov.br	20
	21	19	0	0	0						



ANEXO II

			Model	o				Cidada		Doom om o éve	CNPJ
CDA	Tipo	Tipo	Tipo	Portáti	Plotte	Endereço	CEP	Cidade	E-mail	Responsáve I	FATURAMENTO
	1	2	3	I	r					•	TATORAMENTO
						Av. Barão				Gláucia	
Andradina	0	0	0	2	0	do Rio Branco,	16.901- 014	Andradina	eda.andradina@sp.gov.br	Jaqueline Alves de	46.384.400/0021-92
						1990				Campos	
						Rua Barão	16.050-			Fabiano	
Araçatuba	0	0	0	2	0	do Triunfo,	230	Araçatuba	eda.aracatuba@sp.gov.br	Tomehei	46.384.400/0021-92
						403	230			Amikura	
										Marco	
						Rua 13 de	14.810-			Aurelio	
Araraquara	0	0	0	2	0	, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	086	Araraquara	eda.araraquara@sp.gov.br	Vitoriano da	46.384.400/0021-92
						1.352				Silva	
										Pimentel	
						Rua Santa	19.806-			Celso	
Assis	0	0	0	2	0	Cecília, nº	050	Assis	eda.assis@sp.gov.br	Francisco de	46.384.400/0021-92
						319				Paula	
		_				Rua Santa	18.708-			Eloane	
Avaré	0	0	0	2	0	Catarina,	005	Avaré	eda.avare@sp.gov.br	Ramos	46.384.400/0021-92
						1901				Evangelista	
										Marcela	
		0		_	0	Rua	14.780-			Yoshie	46 204 400 (0024 02
Barretos	0	0	0	2	0	Quatro,	005	Barretos	eda.barretos@sp.gov.br	Shirama	46.384.400/0021-92
						966				Brasil	
						Δ.,	17020			Cardoso	
Bauru	0	0	0	2	0	Av. Cruzeiro	17030- 743	Bauru	eda.bauru@sp.gov.br	Poliana Dutra Toneli	46.384.400/0021-92



						do Sul, 13- 15					
Botucatu	0	0	0	2	0	Rua Ranimiro Lotufo, 202	18.607- 050	Botucatu	eda.botucatu@sp.gov.br	Camila Vieira Ramos	46.384.400/0021-92
Bragança Paulista	0	0	0	2	0	Av. Dr. Fernando Costa, 290 , Vila Municipal	12.912- 140	Bragança Paulista	eda.braganca@sp.gov.br	Ronaldo Muñoz	46.384.400/0021-92
Campinas	0	0	0	2	0	Av. Brasil, 2340	13.070- 178	Campinas	eda.campinas@sp.gov.br	Miriam Bassanelli	46.384.400/0021-92
Catanduva	0	0	0	2	0	Rua Tanabi, nº 96 - Vila Guzzo	15.803- 060	Catanduva	eda.catanduva@sp.gov.br	Marco José Franceschini	46.384.400/0021-92
Dracena	0	0	0	2	0	Rua Brasil, 978	17.900- 000	Dracena	eda.dracena@sp.gov.br	Marcia Martins de Lima - Substituta	46.384.400/0021-92
Fernandópolis	0	0	0	2	0	Av. dos Arnaldos, 1.015	15.600- 000	Fernandópolis	eda.fernandopolis@sp.gov. br	Sergio Paulo Vieira - Substituto	46.384.400/0021-92
Franca	0	0	0	2	0	Rua Capitão Zeca de Paula, n ^o 883	14.400- 160	Franca	eda.franca@sp.gov.br	Cristiano Aparecido de Oliveira	46.384.400/0021-92
General Salgado	0	0	0	2	0	Av. João Garcia, 1264	15.300- 000	General Salgado	eda.general@sp.gov.br	Dermeval José Batista	46.384.400/0021-92



Guaratinguetá	0	0	0	2	0	Av. Dr. Ariberto Pereira da Cunha, 310	12.516- 410	Guaratinguetá	eda.guara@sp.gov.br	Adilson da Cunha Rodrigues Junior	46.384.400/0021-92
Itapetininga	0	0	0	2	0	Rua Coronel Pedro Dias Batista, 1405	18.200- 350	Itapetininga	eda.itapetininga@sp.gov.br	Tabata Mariana dos Santos Pinto	46.384.400/0021-92
Itapeva	0	0	0	2	0	Rua Major Eurico Monteiro, 143	18.400- 620	Itapeva	eda.itapeva@sp.gov.br	Michele Fernanda Leme de Araujo	46.384.400/0021-92
Jaboticabal	0	0	0	2	0	Av. 13 de Maio, nº 946	14.870- 160	Jaboticabal	eda.jaboticabal@sp.gov.br	Tatisa Kelly Queiroz Guimarães Garcia	46.384.400/0021-92
Jales	1	1	0	2	0	Rua 08, n.º1959 Jardim Maria Paula	15.704- 102	Jales	eda.jales@sp.gov.br	Priscila Mara do Nascimento Diniz	46.384.400/0021-92
Jaú	1	1	0	2	0	Rua Governado r Armando Salles, 218	17.201- 360	Jaú	eda.jau@sp.gov.br	Alice Seiko Terao	46.384.400/0021-92
Limeira	1	1	0	2	0	Rua João Kuhl Filho, s/nº	13.480- 731	Limeira	eda.limeira@sp.gov.br	Cassia dos Santos Amorim Torres	46.384.400/0021-92



Lins	1	1	0	2	0	Rua Vitoriano Borges, 715	16.400- 080	Lins	eda.lins@sp.gov.br	Sandra Neves Saunite	46.384.400/0021-92
Marília	1	1	0	2	0	Rua Santa Helena, 436	17.513- 322	Marília	eda.marilia@sp.gov.br	Paula Renata de Sá Marques	46.384.400/0021-92
Mogi das Cruzes	1	1	0	2	0	Rua Cândido Xavier de Almeida e Souza, 35	08.780- 210	Mogi das Cruzes	eda.mogi@sp.gov.br	Cristiana Ferreira Barrence - Substituto	46.384.400/0021-92
Mogi Mirim	1	1	0	2	0	Rua Joaquim	13.801- 084	Mogi Mirim	eda.mogimirim@sp.gov.br	Monica Regina Grassi	46.384.400/0021-92
Orlândia	1	1	0	2	0	Rua Oito, 946	14.620- 000	Orlândia	eda.orlandia@sp.gov.br	Maristela Vanzolin Maia	46.384.400/0021-92
Ourinhos	1	1	0	2	0	Rua Duque de Caxias, 737	19.911- 621	Ourinhos	eda.ourinhos@sp.gov.br	Marcos Antonio Gomes Fernandes	46.384.400/0021-92
Pindamonhangab a	0	0	0	0	0	Av. Nossa Senhora do Bom Sucesso, 1.181 - Campo Alegre	12420- 010	Pindamonhangab a	-		



Piracicaba	1	1	0	2	0	Rua Campos Salles, 507	13.400- 200	Piracicaba	eda.pira@sp.gov.br	Sabrina Alves de Freitas	46.384.400/0021-92
Presidente Prudente	1	1	0	2	0	Av. Coronel Marcondes , nº 2.385		Presidente Prudente	eda.pprudente@sp.gov.br	Rômulo Marques de Sá Rodrigues	46.384.400/0021-92
Presidente Venceslau	1	1	0	2	0	Rua Campos Sales, 282	19.400- 000	Presidente Venceslau	eda.pvenceslau@sp.gov.br	Silmara Alves de Azevedo dos Santos	46.384.400/0021-92
Registro	1	1	0	2	0	Av. Wild José de Souza, nº 456	11.900- 000	Registro	eda.registro@.sp.gov.br	Marli Aparecida Rodrigues	46.384.400/0021-92
Ribeirão Preto	1	1	0	2	0	Av. Fábio Barreto, 41	01.405- 000	Ribeirão Preto	eda.ribeirao@sp.gov.br	Paulo Francisco da Silva	46.384.400/0021-92
São João da Boa Vista	1	1	0	2	0	Rua Teófilo Ribeiro de Andrade, 1060	13.870- 210	São João da Boa Vista	eda.sjbv@sp.gov.br	Carlos Eduardo Oliveira Figueiredo	46.384.400/0021-92
São José do Rio Preto	1	1	0	2	0	Av. Dr. Cenobelino Barros Serra, 1432	15.030- 000	São José do Rio Preto	eda.sjrp@sp.gov.br	Juliano Henrique Martins	46.384.400/0021-92
Santos	1	1	0	2	0	Av. Bartolome u de Gusmão, 192	11.030- 500	Santos	eda.sp@sp.gov.br	Carolina Alves D. de Oliveira - Substituta	46.384.400/0021-92



Sorocaba	1	1	0	2	0	Rua Gustavo Teixeira, nº 412	18.040- 323	Sorocaba	eda.sorocaba@sp.gov.br	Delma Aparecida Pires da Rosa	46.384.400/0021-92
Taubaté	1	1	0	2	0	Av. Nossa Senhora do Bom Sucesso, 1.181 - Campo Alegre	12.420- 010	Taubaté	eda.pinda@sp.gov.br	Fúlvio Martins Rizi	46.384.400/0021-92
Tupã	1	1	0	2	0	R. Bororos, 901	17.600- 020	Tupã	eda.tupa@sp.gov.br	Edi Carlos Paulino de Oliveira - Substituto	46.384.400/0021-92
Votuporanga	1	1	0	2	0	Rua Itacolomí, nº 3096	15.500- 467	Votuporanga	eda.votuporanga@sp.gov.br	Rodrigo Feletto	46.384.400/0021-92
Sede	Plan.1	Plan.1	0	27	Plan.1	Av. Brasil, 2340	13.070- 178	Campinas	amduarte@sp.gov.br	Antonio Marcos Duarte	46.384.400/0021-92

21 21 0 107



ANEXO II MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

Item	Descrição	Siafisico valor fixo	Siafisico valor variavel PB	Siafisico valor variavel cor	Quantidade de Equipamentos -1	Quantidade estimada de cópias PB / mês por equipamento (2)	Quantidade estimada de cópias Colorida / mês por equipamento (3)	Valor fixo por equipamento (4)	Valor por cópia PB (cento) -5	Valor por cópia Colorida (cento) -6	Total Mensal por Equipamento (7) = [(2)x(5) /100] + [(3)x(6) /100] + (4)	Valor Total Mensal (8) = (1)x(7)
1	Tipo 1 - Multifuncional Monocromática A4 de 22 a 50 com Leitor de Cartão	266051	252859		122	2.000					R\$ -	R\$ -
2	Tipo 2 - Multifuncional A4 Policromática de 22 a 50 com Leitor de Cartão	266230	266248	266256	71	1.000	2.000				R\$ -	R\$ -
3	Tipo 3 - Multifuncional A3 Policromática de 22 a 50 com Leitor de Cartão	266370	266388	266396	15	5.000	7.000				R\$ -	R\$ -
4	Tipo 4 - Impressora Portatil				107						R\$ -	R\$ -
5	Tipo 5 - Impressora Plotter	183474			1	200	500				R\$ -	R\$ -
6	Software de Bilhetagem	229172			1							R\$ -
	Valor Total Mensal R\$											R\$ -



Valor Total Contrato de 30 meses

R\$

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias



ANEXO III

MODELOS DE DECLARAÇÕES

ANEXO III.1

MODELO A QUE SE REFERE O ITEM 4.1.4.1. DO EDITAL

(em papel timbrado da licitante)

Nome completo:											
RG nº:CPF nº:											
DECLADO de la companya de la company											
DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante (nome											
<i>empresarial</i>), interessado em participar do Pregão Eletrônico GSA nº 07/2022, Processo											
n° 04512/2022:											
a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Previdência no que se											
refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal,											
na forma do Decreto Estadual nº 42.911/1998;											
b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.2											
deste Edital;											
c) cumpre as normas de saúde e segurança do trabalho, nos termos do parágrafo único											
do artigo 117 da Constituição Estadual; e											
d) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5°-C e se compromete a não											
disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5°-D, ambos da Lei											
Federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei Federal nº 13.467/2017.											
(Local e data).											
(Nome/assinatura do representante legal)											



ANEXO III.2

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

(em papel timbrado da licitante)

Eu,	, portador do RG nº e do CPF nº
	, representante legal do licitante (nome empresarial),
inte	eressado em participar do Pregão Eletrônico GSA nº 07/2022, Processo nº 04512/2022,
DE	CLARO, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro,
que	2:
	a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo
	não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com
	qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente
	procedimento licitatório;
	b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer
	outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento
	licitatório;
	c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na
	decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no
	presente procedimento licitatório;
	d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou
	indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou
	interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da
	adjudicação do objeto;
	e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado,
	discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente,
	ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas;
	f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão

desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.



DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:

- I prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;



V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data)	
(Nome/assinatura do representante l	egal)



ANEXO III.3

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.3. DO EDITAL.

Eu,	, portador do RG nº	e do CPF nº
, represen	tante legal do licitante	(nome empresarial),
interessado em partici	par do Pregão Eletrônico GSA nº 07/2022, I	Processo n° 04512/2022,
DECLARO , sob as per	nas da Lei, o seu enquadramento na condiç	ção de Microempresa ou
Empresa de Pequeno	Porte, nos critérios previstos no artigo 3	s° da Lei Complementar
Federal n° 123/2006,	bem como sua não inclusão nas vedaçõ	ões previstas no mesmo
diploma legal.		
	(Local e data).	
	(Nome/assinatura do representante legal	l)



ANEXO III.4

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO COOPERATIVA QUE PREENCHA AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34, DA LEI FEDERAL Nº 11.488/2007

(em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM COOPERATIVAS, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.5 DO EDITAL.

Eu,	, portador do RG nº e do CPF nº
	, representante legal do licitante (nome empresarial),
interes	sado em participar do Pregão Eletrônico GSA nº 07/2022, Processo n° 04512/2022,
DECLA	RO, sob as penas da Lei, que:
•	O Estatuto Social da cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal nº
	12.690/2012;
•	A cooperativa aufere Receita Bruta até o limite definido no inciso II do <i>caput</i> do
	art. 3° da Lei Complementar Federal n° 123/2006, a ser comprovado mediante
	Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente;
	(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



ANEXO IV

RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE MULTAS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS NO ÂMBITO DA PASTA

RESOLUÇÃO SAA-22, DE 1-8-96

Estabelece normas para a aplicação das multas revistas nos artigos 81, 86, "caput" e seus §§ e 87, II, da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, atualizada pela Lei Federal 8.883, de 8/6/94 e 79, 80 e 81, II, da Lei Estadual 6.544, de 22/11/89.

O Secretário de Agricultura e Abastecimento resolve:

Artigo 1º - A aplicação das multas a que aludem os artigos 81, 86 "caput" e seus parágrafos e 87, II, da Lei Federal 8.666, de 21/6/93, atualizada pela Lei Federal 8.883, de 8/6/94, e 79, 80 e 81, II da Lei Estadual 6.544, de 22/11/89, obedecerá, no âmbito da Pasta, as seguintes normas:

- I por atraso na entrega;
- a) de 0,2% ao dia até o máximo de 10 dias.
- b) de 0,4% ao dia de 11 até o máximo de 30 dias.
- II pela inexecução total ou parcial do ajuste:
- a) de 20% sobre o valor total ou parcial da obrigação não comprida;
- b) multa correspondente a diferença de preço resultante da nova licitação realizada pela obrigação não cumprida.
- III- o prazo para entrega do material ocorrerá a partir da data da assinatura do contrato.

IV- se o material ou serviço não for aceito, o fornecedor deverá substituí-lo dentro do prazo de 5 dias da comunicação da recusa, sob pena de sujeitar-se a aplicação de multa, nos termos do disposto nos incisos I e II, considerada a mora, nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte à data da referida comunicação.



V- a multa deverá ser recolhida ao Tesouro do Estado dentro do prazo de 10 dias da data da respectiva notificação.

VI- o não pagamento da multa no prazo previsto no inciso anterior acarretará a sua inscrição na dívida ativa e cobrada judicialmente.

VII- pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela administração incidirá multa de 20% sobre o valor total do ajuste.

VIII- se a multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos à Administração ou cobrado judicialmente.

Artigo 2º - A aplicação das multas previstas no artigo anterior não impede que a autoridade competente rescinda, aplique ou proponha a aplicação de outras penalidades previstas nos artigos 86 e seguintes da Lei Federal 8.666 de 21/6/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal 8.883, de 8/6/94 e 81 da Lei Estadual 6.544, de 22/11/89, bem como na responsabilidade civil pela inexecução total ou parcial.

Artigo 3° - Da aplicação das multas previstas nesta Resolução caberá recurso, no prazo de 5 dias úteis, consoante disposto nos artigos 109, "f" e parágrafos 3°, 4°, 5° e 6° da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal 8.883 de 8/6/94, inciso I, alínea "e" e parágrafos 1° e 2° da Lei Estadual 6.544, de 22/11/89.

Artigo 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.



ANEXO V

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PROCESSO <u>SAA</u> n.° <u>04512/2022</u>

PREGÃO ELETRÔNICO <u>GSA</u> n.° <u>07/2022</u>

CONTRATO <u>COTIN</u> n.° ____/2022

ESTADO DE SÃO PAULO, POR MEIO DA SECRETARAIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO E Clique aqui para digitar texto., TENDO POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORPORATIVOS DE IMPRESSÃO DEPARTAMENTAL E DE GRANDE FORMATO, DIGITALIZAÇÃO E CÓPIA, SUPORTE TÉCNICO E TREINAMENTO DE PESSOAL, INCLUINDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, FORNECIMENTO DE PEÇAS E SUPRIMENTOS NECESSÁRIO.

O Estado de São Paulo por intermédio da **SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO**, por intermédio do(a)Clique aqui para digitar texto., doravante designado(a) "CONTRATANTE", neste ato representada(o) pelo(a) Senhor(a) Clique aqui para digitar texto., RG nº Clique aqui para digitar texto.e CPF nº Clique aqui para digitar texto., no uso da competência conferida pelo Decreto-Lei Estadual nº 233, de 28 de abril de 1970, e Clique aqui para digitar texto., inscrita no CNPJ sob nº Clique aqui para digitar texto., com sedeClique aqui para digitar texto., a seguir denominada "CONTRATADA", neste ato representada



pelo(a) Senhor(a) Clique aqui para digitar texto., portador do RG nº Clique aqui para digitar texto. e CPF nº Clique aqui para digitar texto., em face da adjudicação efetuada no Pregão Eletrônico indicado em epígrafe, celebram o presente TERMO DE CONTRATO, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto Estadual nº 49.722/2005 e no regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, da **Resolução SAA nº 22/96** e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços de corporativos de impressão departamental e de grande formato, digitalização e cópia, suporte técnico e treinamento de pessoal, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e suprimentos necessários, (exceto papel), para atender as necessidades da contratante: fornecimento e instalação de impressoras e multifuncionais laser mono e policromáticas; fornecimento de insumos e consumíveis (exceto papel), de software de gerenciamento de todo o sistema de impressão, incluindo configuração, bilhetagem e contabilização das impressões laser com gerenciamento integrado e centralizado conforme detalhamento e especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.



PARÁGRAFO SEGUNDO

O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O presente contrato será regido pela Lei Federal nº 10.520/2002 e pelas normas mencionadas no preâmbulo durante toda a sua vigência, nos termos do parágrafo único do artigo 191 c/c o inciso II do artigo 193 da Lei Federal nº 14.133/2021.

<u>CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS</u>

A execução dos serviços deverá ter início em / / , nos locais indicados no Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes e necessárias à sua plena e adequada execução, em especial as atinentes a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O prazo deste contrato é de 30 (trinta) meses consecutivos e ininterruptos, contados da data estabelecida pela Autorização dos Serviços, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente, desde que as partes se manifestem com antecedência de 90 (noventa) dias do término do prazo do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Dentre outras exigências, a prorrogação somente será formalizada caso os preços se mantenham vantajosos para o Contratante e consistentes com o mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Eventual prorrogação de prazo será formalizada por meio de Termo de Alteração Contratual, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal nº 8.666, de 1993.

SIP

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

PARÁGRAFO QUARTO

A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da CONTRATANTE não gerará à CONTRATADA direito a qualquer espécie de indenização.

PARÁGRAFO QUINTO

Não obstante o prazo estipulado no *caput*, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas.

PARÁGRAFO SEXTO

Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada no Parágrafo Sexto desta Cláusula, a CONTRATADA não terá direito a qualquer espécie de indenização.

<u>CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DA</u> CONTRATADA

À CONTRATADA, além das obrigações constantes do Termo de Referência, que constitui **Anexo I** do Edital indicado no preâmbulo, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

- <u>I zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos</u> materiais e humanos necessários;
- II designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades, em especial da regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica alocada, e pelos contatos com o CONTRATANTE;
- III cumprir as disposições legais e regulamentares municipais, estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços;
- IV manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;
- V dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;



VI - prestar ao CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços;

VII - responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;

<u>VIII - responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/1993;</u>

IX - manter seus profissionais identificados por meio de crachá com fotografia recente;

X - substituir qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da solicitação justificada formulada pelo CONTRATANTE;

XI - arcar com despesas decorrentes de infrações de qualquer natureza praticadas por seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da sede do CONTRATANTE;

XII - apresentar, quando exigido pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento dos salários e de quitação das obrigações trabalhistas (inclusive as previstas em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho) e previdenciárias relativas aos empregados da CONTRATADA que atuem ou tenham atuado na prestação de serviços objeto deste contrato;

XIII - identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;

XIV - obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

XV - implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades do CONTRATANTE, respeitando suas normas de conduta;

XVI - reexecutar os serviços sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis;

XVII - guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

XVIII - manter bens e equipamentos necessários à realização dos serviços, de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, em quantidade adequada à boa execução dos trabalhos, cuidando para que os equipamentos elétricos sejam dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;

XIX – submeter à CONTRATANTE relatório mensal sobre a prestação dos serviços, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;

XX – fornecer à equipe alocada para a execução dos serviços os equipamentos de proteção individual adequados à atividade, o necessário treinamento e fiscalizar sua efetiva utilização;

XXI - prestar os serviços por intermédio da equipe indicada nos documentos apresentados na fase de habilitação, a título de qualificação técnica, quando exigida.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A CONTRATADA não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

SIP

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

PARÁGRAFO SEGUNDO

Em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, a CONTRATADA se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:

- I prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- V dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

SP

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

PARÁGRAFO TERCEIRO

O descumprimento das obrigações previstas nos Parágrafos Primeiro e Segundo desta Cláusula Quarta poderá submeter a CONTRATADA à rescisão unilateral do contrato, a critério da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei Federal nº 12.846/2013 e o Decreto Estadual nº 60.106/2014.

<u>CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DO</u> CONTRATANTE

Ao CONTRATANTE cabe:

- I exercer a fiscalização dos serviços, designando servidor responsável pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com a CONTRATADA;
 II fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;
- III efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;
- IV expedir autorização de serviços, com antecedência mínima de () dias úteis da data de início de sua execução.
- V- permitir aos técnicos e profissionais da CONTRATADA acesso às áreas físicas envolvidas na execução deste contrato, observadas as normas de segurança;
- VI observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da CONTRATADA, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes ("Lei Federal nº 13.709/2018").

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS



O CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados por intermédio do gestor do contrato de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

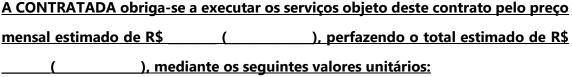
PARÁGRAFO PRIMEIRO

A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, inclusive quando resultantes de utilização de pessoal inadequado ou sem a qualificação técnica necessária, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte do CONTRATANTE.

PARAGRAFO SEGUNDO

A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no **Anexo I** do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS E DO REAJUSTE



PARÁGRAFO PRIMEIRO

Nos preços acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionados à prestação dos serviços, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Os preços a que se refere o caput serão reajustados anualmente, mediante a aplicação da seguinte fórmula paramétrica:

$$R = P_0 \left[\left(\frac{IPC}{IPC_0} - 1 \right) \right]$$

Onde:

- R = parcela de reajuste;
- P0 = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;
- IPC/IPCO = variação do IPC FIPE Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

PARÁGRAFO QUARTO

A periodicidade anual de que trata o Parágrafo Terceiro será contada a partir do mês de apresentação da proposta, que será considerada a data de referência dos preços.

CLAUSULA OITAVA -DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

No presente exercício as	despes	as decorrentes	desta contr	atação irão onerar	o <u>crédito</u>
orçamentário	, de	classificação	funcional	programática	е
categoria econômica					

SIP

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

PARAGRÁFO ÚNICO

No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA NONA - DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS PRESTADOS

- 1. Após o término de cada período mensal, a Contratada deverá elaborar relatório contendo os quantitativos totais mensais de cada um dos tipos de serviços efetivamente realizados.
- 2. As medições para efeito de pagamento serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Até o 5º dia útil subsequente ao mês em que foram prestados os serviços, a

Contratada entregará relatório contendo os quantitativos totais mensais de cada

um dos tipos de serviços realizados e os respectivos valores apurados.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.

PARÁGRAFO TERCEIRO

<u>Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da</u> seguinte forma:

a) O valor do pagamento será obtido mediante a aplicação do valor fixo em Reais (R\$), correspondente ao equipamento disponibilizado, adicionado ao produto do respectivo valor variável (R\$/cento) pela quantidade mensal de cópias efetivamente produzida pelo Contratante, e, caso contratado, o valor do

SIP

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

software de bilhetagem, descontadas as importâncias relativas a serviços não executados por motivos imputáveis à Contratada.

b) A realização dos descontos indicados na alínea "a" não prejudica a aplicação de sanções à Contratada por conta da não execução dos serviços.

PARÁGRAFO QUARTO

Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, o Contratante atestará a medição mensal, comunicando à Contratada, no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e autorizando a emissão da correspondente fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA – FATURAMENTO E PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em conformidade com as medições, mediante a apresentação dos originais da fatura, bem como dos comprovantes de recolhimento de FGTS e de Previdência Social, correspondentes ao período de execução dos serviços.

Por ocasião da apresentação ao Contratante (órgão da Administração) da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, a Contratada deverá fazer prova do recolhimento mensal do FGTS por meio das guias de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP).

As comprovações a serem apresentadas, relativas ao FGTS, que deverão corresponder ao período de execução, e por tomador de serviço (Contratante) são:



Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pelo Conectividade Social; e Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), gerada e impressa pelo SEFIP após a transmissão do arquivo SEFIP, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet.

A não apresentação dessas comprovações assegura ao Contratante (órgão da Administração) o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os pagamentos serão realizados mediante depósito na conta corrente bancária em nome da Contratada no Banco do Brasil, conta nº, agência nº, sendo que a data de exigibilidade do referido pagamento será estabelecida observadas as seguintes condições:

I - Em 30 (trinta) dias, contados da respectiva medição, desde que a correspondente fatura, acompanhada dos documentos referidos no item 2 desta cláusula, seja protocolada na seção competente no prazo de até 3 (três) dias úteis contados do recebimento da comunicação de que trata o inciso IV da cláusula anterior – Medição dos Serviços Prestados;

II - A não observância do prazo previsto para apresentação das faturas ou a sua apresentação com incorreções ensejará prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponderem os atrasos e/ou as incorreções verificadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Havendo atraso nos pagamentos, sobre o valor devido incidirá correção monetária nos termos do art. 74 da Lei Estadual nº 6.544/1989, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

PARÁGRAFO TERCEIRO



Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos

e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela CONTRATADA, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8° da Lei Estadual nº 12.799/2008.

PARAGRAFO QUARTO

A CONTRATANTE poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

PARÁGRAFO QUINTO

O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN deverá ser feito em consonância com o artigo 3º e demais disposições da Lei Complementar Federal nº 116/2003, e respeitando as seguintes determinações:

- I Quando da celebração do contrato, a CONTRATADA deverá indicar a legislação municipal aplicável aos serviços por ela prestados, relativamente ao ISSQN, esclarecendo, expressamente, sobre a eventual necessidade de retenção do tributo, pelo tomador dos serviços;
- II Caso se mostre exigível, à luz da legislação municipal, a retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:
 - a) O CONTRATANTE, na qualidade de responsável tributário, deverá reter a quantia correspondente do valor da nota-fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente apresentada e recolher a respectiva importância em nome da CONTRATADA no prazo previsto na legislação municipal.
 - b) Para tanto, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA O ISS" ao emitir a nota fiscal, fatura, recibo ou documento de



cobrança equivalente. Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

- III Caso, por outro lado, não haja previsão de retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:
 - a) A CONTRATADA deverá apresentar declaração da Municipalidade competente com a indicação de sua data-limite de recolhimento ou, se for o caso, da condição de isenção;
 - b) Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de recolhimento do ISSQN por meio de cópias autenticadas das guias correspondentes ao serviço executado e deverá estar referenciado à data de emissão da nota fiscal, fatura ou documento de cobrança equivalente;
 - c) Caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura ou do documento de cobrança equivalente, não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.
 - d) a não apresentação dessas comprovações assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

PARÁGRAFO SEXTO

Por ocasião da apresentação ao CONTRATANTE da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento mensal ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nos termos da legislação vigente.

- <u>I As comprovações relativas ao FGTS a serem apresentadas deverão corresponder</u> ao período de execução e tomador de serviço.
- II Se por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura, do recibo ou do documento de cobrança equivalente não houver decorrido o prazo legal para recolhimento do FGTS, poderá ser apresentada cópia da documentação comprobatória do recolhimento referente ao mês imediatamente anterior,

SIP

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para recolhimento.

III - a não apresentação dessas comprovações assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

PARAGRAFO SÉTIMO

Nos termos do artigo 31 da Lei Federal nº 8.212/1991 e da Instrução Normativa MPS/RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, a CONTRATANTE deverá efetuar a retenção de 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, obrigando-se a recolher a importância retida, em nome da CONTRATADA, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão do respectivo documento de cobrança ou, se não houver expediente bancário naquele dia, até o dia útil imediatamente anterior.

- I Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL", sendo que:
 - a) poderão ser deduzidos da base de cálculo da retenção, os valores dos custos de fornecimento incorridos pela CONTRATADA a título de vale-transporte e de vale-refeição, nos termos da legislação própria. Tais parcelas deverão estar discriminadas no documento de cobrança.
 - b) a falta de destaque do valor da retenção no documento de cobrança impossibilitará a CONTRATADA de efetuar sua compensação perante o INSS, ficando a critério do CONTRATANTE proceder à retenção e ao recolhimento devidos sobre o valor bruto do documento de cobrança, ou, em alternativa, devolvê-lo à CONTRATADA.
- II Quando da apresentação do documento de cobrança, a CONTRATADA deverá elaborar e entregar ao CONTRATANTE os sequintes documentos:
 - a) cópia da folha de pagamento específica para os serviços realizados sob o contrato, identificando o número do contrato, a Unidade que o administra, relacionando respectivamente todos os segurados colocados à disposição desta e informando:

SP

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

- nome dos segurados;
- cargo ou função;
- remuneração discriminando separadamente as parcelas sujeitas ou não à incidência das contribuições previdenciárias;
- descontos legais;
- quantidade de quotas e valor pago à título de salário-família;
- totalização por rubrica e geral;
- resumo geral consolidado da folha de pagamento; e
- b) demonstrativo mensal assinado por seu representante legal, individualizado por CONTRATANTE, com as seguintes informações:
 - nome e CNPJ do CONTRATANTE;
 - · data de emissão do documento de cobrança;
 - número do documento de cobrança;
 - valor bruto, retenção e valor líquido (recebido) do documento de cobrança.
 - totalização dos valores e sua consolidação.
- c) os documentos solicitados nas alíneas anteriores deverão ser entregues ao CONTRATANTE na mesma oportunidade da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU</u> TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.

<u>A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste ajuste.</u>

<u>CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO</u> <u>CONTRATADO</u>

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

SIP

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

PARÁGRAFO ÚNICO

Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO ÚNICO

A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como no artigo 1º, §2º, item 3, do Decreto Estadual nº 55.938/2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Estadual nº 57.159/2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando a CONTRATADA for sociedade cooperativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, se vier a praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A sanção de que trata o *caput* desta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no **Anexo IV** do Edital indicado no preâmbulo deste instrumento, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis.



PARÁGRAFO SEGUNDO

As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O CONTRATANTE reserva-se no direito de descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais, ou, quando for o caso, efetuará a cobrança judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO

A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/ 2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/20 02.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

A garantia de execução contratual, exigida pelo CONTRATANTE em decorrência da celebração do contrato, deverá obedecer às normas previstas no Edital indicado no preâmbulo deste instrumento."

Garantia. Após a adjudicação do objeto do certame e até a data da contratação, a licitante vencedora deverá prestar garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

A não prestação da garantia de execução equivale à recusa injustificada para a assinatura do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando a licitante vencedora às sanções previstas neste Edital e demais normas pertinentes.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A CONTRATADA deve cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 no âmbito da execução do objeto deste Contrato e observar as instruções por escrito do CONTRATANTE no tratamento de dados pessoais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A CONTRATADA deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste Contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no *caput* do art. 6º da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Considerando a natureza do tratamento, a CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

PARÁGRAFO QUARTO

A CONTRATADA deve:



I – notificar o CONTRATANTE na primeira oportunidade possível, ao receber requerimento de um titular de dados, na forma prevista no artigo 18 da Lei Federal nº 13.709/2018; e

II – quando for o caso, auxiliar o CONTRATANTE na elaboração da resposta ao requerimento a que se refere o inciso I deste parágrafo.

PARÁGRAFO QUINTO

A CONTRATADA deve notificar ao CONTRATANTE, na primeira oportunidade possível, a ocorrência de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que o CONTRATANTE cumpra quaisquer obrigações de comunicar à autoridade nacional e aos titulares dos dados a ocorrência do incidente de segurança sujeita à Lei Federal nº 13.709/2018.

PARÁGRAFO SEXTO

A CONTRATADA deve adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada um dos incidentes de segurança.

PARÁGRAFO SÉTIMO

A CONTRATADA deve auxiliar o CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, no âmbito da execução deste Contrato.

PARÁGRAFO OITAVO

Na ocasião do encerramento deste Contrato, a CONTRATADA deve, imediatamente, ou, mediante justificativa, em até 10 (dez) dias úteis da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais ao CONTRATANTE ou eliminá-los, conforme decisão do CONTRATANTE, inclusive eventuais cópias de dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato, certificando por escrito, ao CONTRATANTE, o cumprimento desta obrigação.

PARÁGRAFO NONO



A CONTRATADA deve colocar à disposição do CONTRATANTE, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula, e deve permitir auditorias e contribuir com elas, incluindo inspeções, pelo CONTRATANTE ou auditor por ele indicado, em relação ao tratamento de dados pessoais.

PARÁGRAFO DEZ

Todas as notificações e comunicações realizadas nos termos desta cláusula devem se dar por escrito e ser entregues pessoalmente, encaminhadas pelo correio ou por e-mail para os endereços físicos ou eletrônicos informados em documento escrito emitido por ambas as partes por ocasião da assinatura deste Contrato, ou outro endereço informado em notificação posterior.

PARÁGRAFO ONZE

A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018 ou de instruções do CONTRATANTE relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento.

PARÁGRAFO DOZE

Caso o objeto da presente contratação envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular de que trata o inciso I do artigo 7º da Lei nº 13.709/2018, deverão ser observadas pela CONTRATADA ao longo de toda a vigência do contrato todas as obrigações específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento de dados pessoais, conforme instruções por escrito do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TREZE

É vedada a transferência de dados pessoais, pela CONTRATADA, para fora do território do Brasil.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado, ainda, que:

- I. Consideram-se partes integrantes do presente Termo de Contrato, como se nele estivessem transcritos:
 - a. o Edital mencionado no preâmbulo e seus anexos.
 - b. a proposta apresentada pela CONTRATADA;
- II. Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições da Lei Federal nº 10.520/2002 e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Federal nº 8.078/1990 Código de Defesa do Consumidor e princípios gerais dos contratos.
- III. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento **em 01 (uma) via**, que, lido e achado conforme pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, de _	de 20XX.
CONTRATANTE	CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
 (nome, RG e CPF)	(nome, RG e CPF)



ANEXO VI

MODELO DE AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E REPROGRAFIA CORPORATIVA

1 – INTRODUÇÃO

Este documento descreve o procedimento a ser adotado na gestão dos contratos de prestação de serviços de Impressão e Reprografia Corporativa.

As atividades descritas neste documento deverão ser efetuadas periodicamente pela equipe responsável pela fiscalização/ controle da execução dos serviços, gerando relatórios mensais de prestação de serviços executados, que serão encaminhados ao gestor do contrato.

2 - OBJETIVO

Definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços prestados pela Contratada na execução dos contratos de prestação de serviços de impressão e reprografia corporativa.

3 - REGRAS GERAIS

- 3.1 A avaliação da Contratada na Prestação de Serviços de impressão e reprografia corporativa se faz por meio de análise dos seguintes aspectos:
- a) Desempenho Profissional;
- b) Desempenho das Atividades;
- c) Gerenciamento.

4 - CRITÉRIOS

No formulário "Avaliação de Qualidade dos Serviços", devem ser atribuídos os valores 3 (três), 1 (um) e 0 (zero) para cada item avaliado, correspondente aos conceitos "Realizado", Parcialmente Realizado" e "Não Realizado", respectivamente.



4.1 - CRITÉRIOS DA PONTUAÇÃO A SER UTILIZADA EM TODOS OS ITENS AVALIADOS:

Realizado	Parcialmente Realizado	Não Realizado
03 (três) pontos	01(um) ponto	0 (zero) ponto

4.2 - CONDIÇÕES COMPLEMENTARES

- **4.2.1** Na impossibilidade de se avaliar determinado item, esse será desconsiderado.
- 4.2.2 Quando atribuídas notas 1 (um) e 0 (zero), a Unidade responsável deverá realizar reunião com a Contratada, até dez dias após a medição do período, visando proporcionar ciência quanto ao desempenho dos trabalhos realizados naquele período de medição e avaliação.
- 4.2.3 Sempre que a Contratada solicitar prazo visando o atendimento de determinado item, esta solicitação deve ser formalizada, objetivando a análise do pedido pelo gestor do contrato. Nesse período, esse item não deve ser analisado.



5 - COMPOSIÇÃO DOS MÓDULOS

5.1 Desempenho Profissional:

Item	Percentual de ponderação
Cumprimento das Atividades	50%
Qualificação/ Atendimento ao Público/ Postura	30%
Uniformes e Identificação	20%
Total	100%

5.2 Desempenho das Atividades:

Item	Percentual de
	ponderação
Disponibilização e instalação de equipamentos	40%
Manutenção e reposição de suprimentos	30%
Controle e contabilização da quantidade efetivamente impressa	30%
Total	100%

5.3 Gerenciamento:

Item	Percentual de ponderação
Periodicidade da Supervisão	20%
Gerenciamento das Atividades Operacionais	30%
Atendimento às Solicitações	25%
Salários, Benefícios e Obrigações Trabalhistas	25%
Total	100%

6 - PENALIDADES

- 6.1 **Notificação:** na ocorrência de notas 0 (zero) ou 1 (um) por 02 (duas) avaliações subsequentes ou 03 (três) alternadas, no período de 12 (doze) meses, em quaisquer dos aspectos, a Contratada poderá sofrer notificação de advertência por escrito, após considerações do gestor do contrato e juntadas cópias das avaliações realizadas no período.
- 6.2 **Multa:** na ocorrência de notas 0 (zero) ou 1 (um) por 03 (três) avaliações subsequentes ou 04 (quatro) alternadas, no período de 12 (doze) meses, em quaisquer dos aspectos, a Contratada poderá sofrer multa, segundo cláusula específica do Termo de Contrato, após considerações do Gestor do Contrato.
- 6.3 Sanções: aplicar a penalidade se for o caso, em conformidade com a Resolução CC. 52/05.

7 - RESPONSABILIDADES

SIP

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO **SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO**

7.1. Equipe de Fiscalização:

o Responsável pela Avaliação da Contratada utilizando-se o Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços e encaminhamento de toda documentação ao Gestor do

Contrato juntamente com as justificativas, para os itens avaliados com notas 0 (zero) ou 1 (um).

7.2. Gestor do Contrato:

- o Responsável pela consolidação das avaliações recebidas e pelo encaminhamento das consolidações e do relatório das instalações à Contratada;
- o Responsável pela aplicação de advertência à Contratada e encaminhamento de conhecimento à autoridade competente;
- o Responsável pela solicitação de aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Contratada;
- o Responsável pela emissão da Avaliação de Desempenho do Fornecedor Parcial ou Final.

8 - DESCRIÇÃO DO PROCESSO

- 8.1. Cabe a cada Unidade, por meio da equipe responsável pela fiscalização do contrato e com base no Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços, efetuar o acompanhamento diário do serviço prestado, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal da Contratada.
- 8.2 No final do mês de apuração, a equipe responsável pela fiscalização do contrato deve encaminhar, em até cinco dias após o fechamento das medições, os Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços gerados no período, acompanhado das justificativas para os itens que receberam notas 0 (zero) ou 1 (um) para o Gestor do Contrato.
- 8.3. Cabe a cada Unidade, por meio do respectivo Gestor do Contrato, mensalmente, e com base em todos os Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços gerados durante este período, consolidar a avaliação de desempenho da Contratada frente ao contrato firmado e encaminhar uma via para a Contratada.
- 8.4. De posse dessa avaliação, o Gestor do Contrato deve aplicar na medição seguinte as penalidades cabíveis previstas neste procedimento, garantindo a Defesa Prévia à Contratada.



- 8.5. Cabe ao Gestor do Contrato encaminhar mensalmente à Contratada, no fechamento das medições, Quadro Resumo demonstrando de forma acumulada e mês a mês, a performance global da Contratada em relação aos conceitos alcançados pela mesma.
- 8.6. Cabe ao Gestor do Contrato emitir, mensalmente e quando solicitada, a Avaliação de Desempenho do Fornecedor Parcial ou Final, consultando o Quadro Resumo e conceituando a Contratada como segue:
- o Conceito Geral Bom e Desempenho Recomendado: quando a Contratada obtiver nota final superior a **6,75** e ausência de penalidades previstas no item 6;
- o Conceito Geral Regular e Desempenho Recomendado: quando a Contratada apesar de obter nota final superior a **6,75** já tenha sido penalizada de acordo com o item 6;
- o Conceito Geral Ruim e Desempenho não Recomendado: quando a Contratada além de obter nota final inferior a **6,75** já tenha sido penalizada de acordo com o item 6.

9 - ANEXOS

- 9.1 Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços
- 9.2 Instruções para o preenchimento do Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços
- 9.3 Relatório das Instalações e Quadro Resumo.



ANEXO 1

Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços Impressão e Reprografia Corporativa

Contrato número:	Unidade:	Período:		Data:	
Contratada:		•		•	
Responsável pela Fis	scalização:				
Gestor do Contrato:					
Grupo 1 – De	sempenho Profission	nal	Peso	Nota	Subtotal
			(a)	(b)	(c=a x b)
Cumprimento das Ati			50%		
	nento ao Público/ Post	tura	30%		
Uniformes e Identifica			20%		
	Total				
Grupo 2 – Desc	empenho das Ativida	ıdes	Peso	Nota	Subtotal
			(a)	(b)	(c=a x b)
	stalação de equipame	ntos	40%		
Manutenção e reposi		uantidade	30%		
	, ,	30%			
efetivamente impress					
	Total				
Grupo 3	 Gerenciamento 		Peso	Nota	Subtotal
Dorio di cido do do Cur	anio ão		(a) 20%	(b)	(c=axb)
Periodicidade da Sup		io	30%		
Atendimento às Solic	Atividades Operaciona	15	25%		
Salários, Benefícios	25%				
Dalarios, Deriendos (Total	stas	2570		
	1000				
NOTAE	INAL (somatória dos	aruna a 1	2 - 2\		T
NOTAF	INAL (SUMBTOMS GOS	grupos 1	, 2 8 3)		
Nista Cinal:	A ==i==+:	A = = i = = +. · · · ·	- d- O+	0	in-4!-
1100011110111			Assinatura do Gestor Assinatura do do Contrato: Responsável da		
Fiscalização:		Contratada:			



ANEXO 2

Instruções para o Preenchimento do Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços de Impressão e Reprografia Corporativa

Os itens devem ser avaliados segundo os critérios abaixo.

Para cada item que não possa ser avaliado no momento, considerar item NÃO AVALIADO e anexar justificativa.

Grupo 1 - Desempenho Profissional	Notas: Bom (3), Regular (1), Péssimo (0)
Cumprimento das Atividades	 Cumprimento das atividades definidas nas especificações técnicas dos serviços e no contrato, tais como: Disponibilização e instalação de equipamentos conforme especificação prevista no edital de licitação; Contabilização, manutenção e disponibilização de suprimentos em quantidade e características adequadas; Inventário e contabilização mensal da quantidade de cópias efetivamente impressas; Prestação de assistência técnica aos equipamentos locados, sem custo adicional em relação ao preço contratado; Disponibilização de assistência em horário comercial, com plantão durante os finais de semana, para atendimento aos equipamentos locados; Providenciar a imediata reposição de equipamentos que estejam indisponíveis, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, na Capital e Grande São Paulo e de 48 (quarenta e oito) horas no Interior do Estado; Efetuar periodicamente a manutenção preventiva dos equipamentos contratados, obedecendo às recomendações do Manual de Operação de cada equipamento.
Qualificação/ Atendimento ao Público/ Postura	 Qualificação e habilitação da mão-de-obra disponibilizada pela Contratada. Conduta dos empregados da Contratada com o cliente e com o público.
Uniformes e Identificação	 Uso de uniformes em perfeito estado de conservação e com aparência pessoal adequada; Utilização de equipamentos de proteção individual e uniformes adequados às tarefas que executam e às condições climáticas; Manter em serviços somente profissionais capacitados, portando crachás de identificação individuais, do qual deverá constar o nome da Contratada, nº de registro, função e fotografia do empregado portador.

Grupo 2 – Desempenho das Atividades	Notas: Bom (3), Regular (1), Péssimo (0)					
Disponibilização e instalação de equipamentos	Disponibilidade de equipamentos (multifuncionais e/ou impressoras), conforme fixado no contrato, compreendendo os itens a seguir: • Equipamentos em perfeito estado de funcionamento,					



	conservação e higiene e de acordo com a idade fixada no contrato;
	 Distribuição e instalação dos equipamentos conforme programação e nos locais estabelecidos pelo Contratante;
	Disponibilização dos manuais de operação das impressoras em português;
	Equipamentos em conformidade com programas de redução de consumo de energia;
	Os equipamentos disponibilizados com: compatibilidade com a utilização de papel reciclado para
	a produção de cópias; - duplex (frente/verso) automático;
	- base de dados compatível com o padrão do Contratante;
	 interfaces em português e/ou inglês; dispositivo de emissão de alerta de necessidade de
	consumíveis; - sistema de separação de documento na bandeja de
	saída. • Disponibilização dos equipamentos com as mesmas
	especificações constantes do edital de licitação; • Prestação de assistência técnica aos equipamentos
	locados, sem custo adicional em relação ao preço contratado, em horário comercial, com plantão durante os
	finais de semana; Providenciar a imediata reposição de equipamentos que
	estejam indisponíveis, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, na Capital do Estado e Grande São Paulo e de 48 (quarenta e oito) horas no Interior do Estado;
	 Iniciar a manutenção corretiva em um prazo máximo de 4 (quatro) horas após a notificação por parte do Contratante,
	respeitando os horários definidos pelo Contratante para essa tarefa.
Manutenção e reposição de	 Manutenção e fornecimento de suprimentos; Manutenção de aplicativo de gerenciamento para a gestão
suprimentos	do ambiente de impressão permitindo intervenções no
	parque instalado, tais como: monitoramento de suprimentos, nível de consumo do toner/cartucho,
	necessidade de reposição de papel, alertas de status dos equipamentos, entre outros;
	 Arcar com todas as despesas relativas ao toner, troca de cilindro e revelador, e demais suprimentos, necessários ao
	fiel cumprimento do objeto sob o contrato; Disponibilização quando da instalação, de 2 (dois) kits de
	suprimentos básicos para os equipamentos, necessários à produção de cópias, sendo um para consumo imediato e
	outro para reserva; • Efetuar automaticamente a reposição dos suprimentos
	necessários à produção mensal de cópias (toner, revelador, cilindro ou belt), tendo como base a sua durabilidade e a quantidade de cópias dos modelos dos equipamentos.
Controle e contabilização da	 Inventário e contabilização mensal da quantidade de cópias efetivamente impressas por meio de:
quantidade efetivamente	Disponibilização de software de gerenciamento (para



impressa	contratações superiores a 20.000 cópias/ mês ou 5.000 cópias coloridas/ mês), ou • Programa para Gerenciamento Operacional e Contabilização para as contratações que envolvam um reduzido número de cópias/ mês. • Fornecimento mensal dos seguintes relatórios: • Relatório detalhando o uso do parque de impressão, por centro de custo; • Relatório de bilhetagem completa de impressão realizada, permitindo identificar os usuários que imprimiram a quantidade, local e o material impresso; • Relatório com inventário de bens com quantidade de equipamentos divididos por localidade; • Relatório de manutenção preventiva, indicando intervenção realizada em cada equipamento, mostrando a quantidade de cópias e/ou impressões realizadas e a data da realização; • Relatório de ocorrências no mês, indicando equipamentos parados por problemas de manutenção.
----------	---

Grupo 3 – Gerenciamento	Notas: Bom (3), Regular (1), Péssimo (0))
Periodicidade da Supervisão	 Execução de supervisão por parte da Contratada e na periodicidade acordada; Indicação de 01 (um) preposto que será o responsável por todas as ações administrativas da prestação de serviço, tais como, controle de manutenção e limpeza dos equipamentos, emissão de relatórios gerenciais, etc.
Gerenciamento das Atividades Operacionais	 Designar um técnico para instalar o equipamento e treinar o pessoal do Contratante responsável pela operação do mesmo, devendo o treinamento ser ministrado no próprio local da instalação, ficando as despesas às expensas da Contratada
Atendimento às Solicitações	 Atender a chamados de reposição extra de suprimentos no prazo máximo de 4 (quatro) horas, na Capital e Grande São Paulo e de 12 (doze) horas no Interior do Estado, a contar da solicitação do Contratante; Atender, de imediato, as solicitações do Contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços
Salários, Benefícios e Obrigações Trabalhistas	 Comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da Contratada segundo o contrato.



ANEXO 3

Relatório das Instalações e Quadro Resumo Serviço Impressão e Reprografia Corporativa

Relatório das Instalações

Locais de Prestação dos Serviços	Subtotal grupo 1	Subtotal grupo 2	Subtotal grupo 3	Nota Final
Avaliação Global				

Quadro Resumo

Grupo						Mê	S						Média
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Wedia
Grupo 1													
Grupo 2													
Grupo 3													
Total													



ANEXO VII

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

(CONTRATOS)

CONTRATANTE:	
CONTRATADO:	
CONTRATO N° (DE ORIGEM):	
OBJETO:	
ADVOGADO (S)/ Nº OAB/EMAIL: (*)	

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela <u>contratante</u> estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:	



AUTORIDADE MÁXIMA DO	ORGAO/ENTIDAI	DE :			
Nome:					
Cargo:					
CPF:					
RESPONSÁVEIS PELA HON		O CERTAME	OU F	RATIFICAÇÃO	DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE Nome:	: DE LICITAÇÃO:				
Cargo:					
Assinatura:					
RESPONSÁVEIS QUE ASSINA Pelo contratante:	ARAM O AJUSTE:				
Nome:					
Cargo:					
CPF:					
Assinatura:					
Pela contratada:					
Nome:					
Cargo:					
CPF:					
Assinatura:					
ORDENADOR DE DESPESAS	DA CONTRATAN	TE:			
Nome:					
Cargo:					
CPF:					
Assinatura:					

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE:	
CNPJ N°:	
CONTRATADA:	
CNPJ N°:	
CONTRATO N° (DE	
ORIGEM):	
DATA DA ASSINATURA:	
VIGÊNCIA:	
OBJETO:	
VALOR (R\$):	

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo, e-mail e assinatura)



ANEXO PC-02 - CADASTRO DO RESPONSÁVEL

ÓRGÃO OU ENTIDADE:

Nome:	
Cargo:	
CPF:	
Período de gestão:	
•	s são de preenchimento obrigatório. , se necessário, informando todos os responsáveis

3. Anexar a "Declaração de Atualização Cadastral" emitida pelo sistema "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", por ocasião da remessa do presente documento ao TCESP.

As informações pessoais dos responsáveis estão cadastradas no módulo eletrônico do Cadastro TCESP, conforme previsto no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração de Atualização Cadastral" ora anexada (s).

Assinatura do responsável pelo preenchimento